



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Comentário de Desempenho às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 serão divulgadas no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

1. CONJUNTURA ECONÔMICA

O desempenho econômico teve como destaques os seguintes temas:

No ambiente internacional

- **Vitória expressiva de Trump nas eleições presidenciais norte-americanas, com o chamado "red-sweep", que significa predominância do Partido Republicano, tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados.** Tal fato deve reforçar as propostas de campanha, trazendo desafios a parcerias comerciais com imposições tarifárias, com impactos significativos no crescimento global.

Além disso, a resiliência da economia norte-americana junto com uma inflação ainda acima da meta pressiona o banco central norte-americano (Fed) a adotar postura mais cautelosa, sinalizando menos cortes de juros, e em ritmo mais lento para 2025.

• Cenário geopolítico segue com diferentes pontos de tensão na Europa, Oriente Médio e Ásia.

Esse ambiente, somado às incertezas com a nova liderança norte-americana intensificam as dúvidas quanto ao crescimento global.

- **Anúncio de estímulos monetários e sinalização de estímulos fiscais por parte das autoridades chinesas, mas aquém do esperado pelos analistas. Mais estímulos podem vir em caso de um acirramento da disputa comercial com os EUA.**

No ambiente doméstico

- **A deterioração na percepção de risco fiscal, com desvalorização importante da taxa de câmbio, acentuou desencorajamento das expectativas de inflação.**

O principal evento macroeconômico do quarto trimestre de 2024 (4T24) foi o anúncio de medidas para contenção de despesas públicas federais, cujo impacto inicial não atingiu as expectativas. O governo projetava um corte total de R\$ 70 bilhões em dois anos, mas o Banco Santander estima um potencial menor, em torno de R\$ 50 bilhões. A percepção de que as medidas anunciadas foram insuficientes afetou significativamente os preços dos ativos e as expectativas dos agentes econômicos. A cotação do real frente ao dólar norte-americano, por exemplo, atingiu sua máxima histórica nominal de R\$ 6,32/US\$ em dezembro. Da mesma forma, as projeções do IPCA, conforme a pesquisa Focus, aumentaram em todo o horizonte de divulgação, afastando-se ainda mais do centro da meta perseguida pelo Banco Central.

• O Copom promoveu ajustes de maior magnitude na Selic, elevando a taxa básica de juros para 12,25% a.a. no final de 2024.

Os condicionantes da decisão de juros por parte do Banco Central do Brasil apontavam para a necessidade de uma política monetária mais contracionista. Após iniciar o ciclo de alta de forma gradual, com aumentos de 0,25 p.p., o Comitê acelerou o ritmo no quarto trimestre de 2024, elevando a taxa em 0,50 p.p. em novembro e 1,00 p.p. em dezembro. Além disso, diante de um cenário mais adverso para a convergência do IPCA, o Comitê prevê ajustes de mesma magnitude nas reuniões do primeiro trimestre de 2025, o que levaria a Selic para 14,25%, caso seu cenário básico se confirme. Com base nesse *guidance*, o Banco Santander estima que a Selic atinja 15,50% em junho de 2025. Essa mudança também é consistente com a revisão do cenário inflacionário, de modo que o Banco projeta que o IPCA fique em 5,5% no acumulado de 2025.

- **Desempenho do PIB no 3T24 acima do esperado, com destaque para os componentes mais cíclicos do lado da oferta, do consumo e dos investimentos.**

Em contraste com a expectativa do Banco Santander e a mediana das projeções de mercado, o PIB no terceiro trimestre de 2024 repercutiu positivamente, registrando um forte crescimento. Segundo o Banco Santander, esse desempenho foi impulsionado principalmente pela resiliência do mercado de trabalho e pelo acúmulo de estímulos fiscais recentes. Como resultado, houve uma nova onda de revisões alistas nas projeções de crescimento do PIB para 2024. Ao final do terceiro trimestre de 2024, a mediana das projeções dos agentes econômicos indicava um crescimento de 3,0% para o PIB brasileiro em 2024. No final do quarto trimestre de 2024, essa mediana subiu para 3,5%, alinhando-se com a projeção atual do Banco Santander.

2. DESEMPENHO CONSOLIDADO

Mantivemos nossa contínua evolução em direção à retomada de níveis mais elevados de rentabilidade. A margem financeira apresentou evolução pautada pela estratégia de crescimento qualificado e seletivo direcionando os esforços para ativos de melhor retorno sobre capital. As comissões mantêm trajetória positiva refletindo uma maior diversificação de nossas fontes de receitas. Mantivemos uma boa qualidade do nosso portfólio de crédito com índices de inadimplência controlados.

No que se refere à eficiência, mantemos o foco em nossa cultura de produtividade. Continuamos avançando na construção de um balanço sólido, menos volátil e com capacidade de gerar resultados sustentáveis.

Lucro Líquido (gerencial)
R\$ 13,9 bilhões 2024
(+47,8% vs 2023)

Carteira ampliada
R\$ 682,7 bilhões
(+6,2% vs Dez/23)

Margem Financeira
R\$ 60,7 bilhões 2024
(+14,2% vs 2023)

(R\$ milhões)	4T24	3T24	4T24 x 3T24	2024	2023	2024 x 2023
Margem Financeira Bruta	15.978	15.227	4,9%	60.746	53.179	14,2%
Comissões	5.515	5.334	3,4%	20.917	18.458	13,3%
Receita Total	21.493	20.561	4,5%	81.663	71.637	14,0%
Resultado de PDD	(5.932)	(5.884)	0,8%	(23.755)	(25.200)	(5,7)%
Despesas Gerais	(6.769)	(6.457)	4,8%	(25.837)	(24.713)	4,5%
Outros	(3.688)	(3.887)	(5,1)%	(15.188)	(13.240)	14,7%
Lucro líquido antes de impostos	5.104	4.333	17,8%	16.883	8.484	99,0%
Impostos e minoritários	(1.250)	(669)	86,9%	(3.011)	898	(435,3)%
Lucro líquido gerencial¹	3.854	3.664	5,2%	13.872	9.382	47,8%

Lucro líquido contábil 3.746 3.548 5,5% 13.477 8.974 50,2%

¹ O quadro acima considera reclassificações gerenciais em relação à Demonstração de Resultados Contábeis, cujos mais relevantes referem-se à reclassificação entre margem e resultado de PDD de descontos, PDD sobre debêntures, além da reversão das amortizações sobre os ágios.

² Desconsidera itens extraordinários de 2023, vide informe de resultado do 4T23.

3. ESTRATÉGIA E AGÊNCIAS DE RATING

Para informações referentes à estratégia e a classificação do Banco nas agências de rating, vide Informe de Resultados disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

4. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura de Governança do Banco Santander é integrada pela Diretoria Executiva e o seu Comitê Executivo constituído pelos Diretores Presidente, Vice-Presidentes Executivos Seniores e Vice-Presidentes Executivos, e pelo Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, são eles: Auditoria, Riscos e Compliance, Sustentabilidade, Remuneração e Nomeação e Governança. Para maiores informações sobre as práticas de governança corporativa adotadas pelo Banco Santander e deliberações do Conselho de Administração, vide endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

5. AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão, tem função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, que tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à Alta Direção, asseguração independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controle interno, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governança, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Banco Santander, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente. Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão. Os programas de trabalho, que descrevem os testes de auditoria a serem realizados, são revisados periodicamente.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração analisaram favoravelmente e aprovaram o plano de trabalho da Auditoria Interna para o ano de 2024.

6. PESSOAS

O Banco Santander segue fortalecendo sua cultura organizacional direcionada a contribuir para que pessoas e negócios prosperem. A autonomia, o protagonismo e a inovação ganham espaço, aceleram a transformação digital e aprimoram a oferta personalizada para os mais diversos segmentos da sociedade.

São 55.646 colaboradores, considerando todo o Grupo, comprometidos com a ambição de fazer do Santander o banco principal de cada um de seus clientes. Para isso, o Banco Santander investe em um ambiente onde a liderança é referência nos valores da organização, a diversidade faz com que cada profissional se sinta reconhecido e engajado com a construção de sua carreira, tendo a aprendizagem contínua a serviço da melhoria constante da experiência do cliente e da evolução da jornada de cada colaborador. As oportunidades de crescimento são democratizadas e ao alcance de todos. O Banco Santander foi eleito novamente como uma das Melhores Empresas para trabalhar no Brasil pela GPTW, ocupando a 8ª posição no ranking nacional de empresas com mais de 10.000 funcionários e o 2º lugar no Ranking Setorial de Grandes Bancos.

7. SUSTENTABILIDADE

Nossa história em sustentabilidade começou há mais de 20 anos. Ao longo desse período, vivemos uma intensa jornada de evolução, na qual aprimoramos nossos programas, negócios e governança dirigida ao tema.

Nessa trajetória, destacamos a avaliação e mitigação de riscos sociais, ambientais e climáticos para a concessão de crédito a projetos e empresas; a geração de negócios que apoiem a transição dos clientes para uma economia de baixo carbono, e a construção de uma sociedade mais inclusiva, por meio de ações de educação e empregabilidade, inclusão financeira e empreendedorismo e inclusão social. Muitas dessas iniciativas são acompanhadas por metas globais nas áreas em que temos maior impacto potencial, como net zero, inclusão financeira e diversidade.

Para garantir uma boa governança desse processo, contamos com políticas e controles robustos, amparados pela alta liderança.

Ao final do 4T24, destacamos os seguintes resultados:

Ambiental:	<ul style="list-style-type: none"> • R\$ 32,2 bilhões em negócios sustentáveis viabilizados, com uma carteira de R\$ 37,7 bilhões em emissões de títulos verdes, financiamento de energias limpas e opções de produtos dedicados. • Liderança de mercado em CBIOS (créditos de descarbonização): 41% de participação de mercado no Brasil. • Santander Brasil foi novamente confirmado na carteira do ICO2 B3, índice da B3 que tem como principal propósito ser uma ferramenta indutora das discussões sobre mudança do clima no Brasil.
Social:	<ul style="list-style-type: none"> • 207 mil pessoas beneficiadas com cursos e bolsas de estudo por meio do Santander Universidades. • O programa Amigo de Valor, dedicado à garantia dos direitos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, apoiou cerca de 9.342 crianças e adolescentes e suas famílias em 64 municípios. • Aproximadamente 6.271 idosos e suas famílias beneficiados pelo programa Parceiro do Idoso, que tem como objetivo proteger os direitos de idosos vulneráveis.
Governança:	<ul style="list-style-type: none"> • Nosso Conselho de Administração conta atualmente com 45% de membros mulheres e 55% de membros independentes.

8. AUDITORIA INDEPENDENTE

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 162/2022, o Banco Santander informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas superiores a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria independente. A PricewaterhouseCoopers dispôs de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor.

9. OUTROS ASSUNTOS

O Banco Santander (Brasil) S.A., em atendimento ao disposto na Circular Bacen nº 3.068/2001, afirma que possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

10. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos clientes, acionistas e colaboradores pela confiança e suporte que nos moveram até aqui, e que possibilitaram a continuidade da nossa história de evolução e transformação, no caminho para construir a Melhor Empresa de Consumo do Brasil.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 03 de fevereiro de 2025)

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Banco		Consolidado		Notas Explicativas	Banco		Consolidado		
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023			
Ativo											
Circulante e Não Circulante		1.292.232.604	1.091.618.231	1.319.296.254	1.138.640.692	1.259.814.238	1.073.162.107	1.243.243.737	1.065.951.412	1.163.437.802	
Disponibilidades	4	17.482.523	9.911.653	17.504.978	10.109.122	16.905.234	9.945.574.532	1.128.506.384	967.725.045	1.128.506.384	
Instrumentos Financeiros		1.121.508.752	960.366.683	1.153.645.028	998.193.967	16	495.308.353	475.535.132	495.328.215	475.701.951	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	180.014.773	171.248.893	110.781.417	113.860.885	16	162.905.234	141.939.228	150.477.979	134.793.745	
Títulos e Valores Mobiliários	6.a	270.136.727	226.975.180	287.867.782	248.998.836	16	109.786.065	77.239.162	109.791.445	77.303.201	
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	47.006.389	32.019.731	35.077.439	28.066.689	16	8.935.737	12.332.678	8.935.737	12.332.678	
Operações de Crédito	7	366.260.564	354.093.609	455.187.766	427.599.259	16	179.579.804	167.198.665	164.263.962	149.203.270	
Outros Ativos Financeiros	9	258.090.299	176.029.270	264.730.624	179.668.298	6.b	46.481.417	30.051.184	34.948.116	25.606.801	
Operações de Arrendamento Mercantil		-	-	3.343.516	3.164.051	17.a	160.441.192	90.278.483	164.760.930	92.783.999	
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7.d	(30.763.421)	(31.163.480)	(34.632.245)	(35.375.068)	18	87.903.012	74.652.338	101.423.540	87.189.388	
Outros Ativos	11	126.524.440	103.204.585	116.201.717	106.924.963		2.824.081	2.326.237	3.032.613	2.521.560	
Outros Fiscais	10.a	57.686.653	67.457.517	15.941.380	14.555.739						
Permanente		45.825.751	55.122.785	2.877.217	939.339	18	5.623.701	5.734.590	6.309.615	6.188.861	
Investimentos		45.825.751	55.122.785	2.877.217	939.339	18	2.900.938	2.667.479	8.441.472	8.054.800	
Participações em Coligadas e Controladas	13.b	45.822.176	55.119.210	2.873.640	935.762	18	78.354.292	63.924.032	83.639.840	70.424.167	
Outros Investimentos		3.575	3.575	3.577	3.577	10.c	6.673.424	3.935.237	13.313.813	11.036.979	
Imobilizado de Uso	14	4.540.925	5.251.777	4.942.557	5.654.848	20	90.105.019	85.913.641	90.743.958	86.084.331	
Imóveis de Uso		2.354.268	2.385.144	2.603.334	2.617.403	20.a	65.000.000	55.000.000	65.000.000	55.000.000	
Outras Imobilizações de Uso		12.924.670	13.559.747	13.367.852	13.956.282	20.c	636.170	600.931	642.915	607.676	
(Depreciações Acumuladas)		(10.738.013)	(10.693.114)	(11.028.629)	(10.918.837)	20.c	32.067.079	34.974.116	32.453.507	34.823.270	
Intangível	15	7.319.977	7.082.955	8.121.606	7.961.552	20.c	(6.713.523)	(3.554.623)	(6.467.757)	(3.239.832)	
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas		27.220.515	27.220.515	28.274.123	28.276.124	20.d	(884.707)	(1.106.783)	(884.707)	(1.106.783)	
Outros Ativos Intangíveis		15.710.323	14.016.884	16.371.895	14.619.846	20.e	-	-	1.249.399	1.160.688	
(Amortizações Acumuladas)		(35.610.861)	(34.154.444)	(36.524.412)	(34.934.412)		90.105.019	85.913.641	91.993.897	87.245.019	
Total do Ativo		1.349.919.257	1.159.075.748	1.335.237.634	1.153.196.431		1.349.919.257	1.159.075.748	1.335.237.634	1.153.196.431	
		As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.									

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Banco				Consolidado			
		01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Receitas da Intermediação Financeira		99.075.577	199.288.866	62.678.904	105.552.506	104.021.044	210.251.535	68.211.847	117.513.391
Operações de Crédito		41.989.477	83.498.995	35.180.407	66.418.784	51.506.848	101.698.878	42.392.683	80.738.474
Operações de Arrendamento Mercantil		-	-	-	-	263.202	472.923	234.544	451.366
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a.v	43.695.782	86.382.912	23.018.023	35.614.151	39.112.640	80.764.234	25.967.877	34.208.228
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		7.952.142	16.469.342	(729.607)	(7.775.051)	7.682.691	14.343.890	(5.611.906)	(9.216.635)
Resultado de Operações com Câmbio		1.028.336	4.563.359</						



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

	Banco				Consolidado				Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucro Líquido:	Banco				Consolidado			
	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023		01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023
Lucro Líquido	6.953.930	13.035.452	4.681.206	8.864.230	7.293.684	13.477.390	4.763.366	8.973.657									
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:									(661.969)	(763.549)	(203.709)	(626.273)	(661.970)	(763.549)	(203.709)	(626.273)	
Plano de Benefícios	(653.637)	(488.083)	(203.709)	(626.273)	(653.637)	(488.083)	(203.709)	(626.273)	(1.246.469)	(940.944)	(296.484)	(994.304)	(1.246.470)	(940.944)	(296.484)	(994.304)	
Impostos	592.833	452.861	92.775	368.031	592.833	452.861	92.775	368.031									
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(8.332)	(275.466)	-	-	(8.332)	(275.466)	-	-									
Ágio em aquisições de controladas	17.798	(256.937)	-	-	17.798	(256.937)	-	-									
Outros	(26.130)	(18.529)	-	-	(26.130)	(18.529)	-	-									
Resultado Abrangente do Período	5.392.981	9.876.552	4.797.055	9.814.028	5.627.841	10.249.465	4.924.938	9.922.719									
Atribuível à controladora									5.516.176	10.059.254	4.833.366	9.779.225	5.516.176	10.059.254	4.833.366	9.779.225	
Atribuível aos Acionistas Minoritários									111.665	190.211	91.572	143.494	111.665	190.211	91.572	143.494	
Total									5.627.841	10.249.465	4.924.938	9.922.719	5.627.841	10.249.465	4.924.938	9.922.719	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Banco			Consolidado			Aumento (redução) em Depósitos	Aumento (redução) em Captações no Mercado Aberto	Aumento (redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	Aumento (redução) em Outros Passivos Financeiros	Aumento (redução) em Outros Passivos	Aumento (redução) em Passivos Fiscais Correntes	Imposto Pago	Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais	Atividades de Investimento	Atividades de Financiamento	Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa	Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa	Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	
		01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024															01/07 a 31/12/2023
Atividades Operacionais																						
Lucro Líquido		6.953.930	13.035.452	4.681.206	8.864.230	7.293.684	13.477.390	4.763.366	8.973.657													
Ajustes ao Lucro Líquido		(13.322.944)	(16.310.212)	(7.896.305)	(7.896.305)	(5.677.907)	(3.399.838)	(3.292.479)														
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7.e	7.647.123	19.331.289	24.684.276	24.684.276	9.212.160	22.427.776	28.317.357														
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	19.c	1.812.096	3.826.877	1.550.432	1.550.432	2.164.315	4.397.314	(274.779)														
Atualizações Monetárias das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	19.c	198.335	474.436	434.390	434.390	202.374	492.796	459.681														
Tributos Diferidos		146.668	(1.818.504)	(6.903.415)	(6.903.415)	1.481.423	(315.996)	(5.857.238)														
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	13.b	(4.452.682)	(7.765.180)	(8.312.900)	(8.312.900)	(128.032)	(217.499)	(173.007)														
Depreciações e Amortizações	24	1.660.846	3.225.626	3.085.308	3.085.308	1.781.408	3.475.694	3.334.064														
Constituição (Reversão) de Provisão para Perdas em Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	26	(28.715)	(25.795)	(1.518)	(1.518)	(28.621)	(79.181)	(18.564)														
Resultado de Ativos não Financeiros																						
Mantidos para Venda	26	(65.056)	(146.343)	(86.130)	(86.130)	(67.676)	(91.046)	(87.509)														
Resultado de Investimentos	26	-	(1.929.980)	-	-	229	(1.929.751)	-														
Atualização de Depósitos Judiciais		(263.688)	(554.910)	(587.128)	(587.128)	(326.715)	(693.661)	(737.560)														
Resultado em Garantias Financeiras Prestadas		88.528	54.833	137.065	137.065	88.528	54.833	137.065														
Atualização de Impostos a Compensar		(112.227)	(251.452)	(505.672)	(505.672)	(214.993)	(380.219)	(559.512)														
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(4.665)	177	11.741	11.741	(4.665)	177	11.741														
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos		(19.945.294)	(30.769.354)	(21.430.674)	(21.430.674)	(19.945.294)	(30.769.354)	(21.430.674)														
Outros		(4.013)	38.068	27.920	27.920	107.652	228.279	171.414														
Variações em Ativos e Passivos		(13.556.182)	(24.527.597)	6.395.837	(24.092.924)	(43.869.595)	13.411.556															
Redução (aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(11.362.434)	(35.676.171)	(14.448.719)	(14.448.719)	(4.299.973)	(26.028.382)	397.278														
Redução (aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		(15.873.642)	(42.622.388)	(26.068.096)	(26.068.096)	(17.730.405)	(42.855.751)	(36.286.641)														
Redução (aumento) em Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil		(3.047.360)	(29.895.732)	(34.571.667)	(34.571.667)	(12.971.692)	(48.948.386)	(43.865.438)														
Redução (aumento) em Outras - Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(736.002)	(460.108)	945.897	945.897	(699.365)	(437.866)	944.968														
Redução (aumento) em Depósitos no Banco Central		(5.713.202)	(10.148.949)	(8.572.160)	(8.572.160)	(5.721.526)	(10.171.307)	(8.544.410)														
Redução (aumento) em Outros Ativos Financeiros		(44.315.652)	(64.734.811)	41.492.581	41.492.581	(45.087.970)	(67.712.437)	40.087.313														
Redução (aumento) em Despesas Antecipadas		270.213	(78.798)	193.819	193.819	240.874	(156.223)	110.113														
Redução (aumento) em Outros Ativos		(6.096.760)	(6.950.772)	(18.894.279)	(18.894.279)	(7.069.063)	(5.871.921)	(10.343.388)														
Redução (aumento) em Ativos Fiscais Correntes		(1.954.559)	(1.482.731)	(570.194)	(570.194)	(2.342.717)	(1.771.529)	(1.052.608)														
Variação líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		(3.754.169)	(4.796.528)	(928.902)	(928.902)	(3.755.279)	(4.797.842)	(936.777)														

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - BANCO

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial			Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Patrimônio Líquido	Participação dos Acionistas Minoritários	Total do Patrimônio Líquido
					Reserva para Equalização de Dividendos	Reserva para Equalização de Dividendos	Próprios	Coligadas e Controladas	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial					
Saldos em 31 de dezembro de 2022		55.000.000	436.314	5.888.573	26.364.455	(1.209.880)	(410.083)	(2.884.458)	(626.273)	-	(1.219.316)	81.965.605	1.353.319	83.415.233
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	20.d	-	-	-	-	-	-	-	-	-	112.533	-	-	112.533
Resultado com Ações em Tesouraria		-	-	-	27.920	-	-	-	-	-	-	-	-	27.920
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	-	-	136.697	-	-	-	-	-	-	-	-	136.697
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	1.455.090	120.981	-	-	-	-	-	-	1.576.071
Dividendos Prescritos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	56.858
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.864.230
Destinações:														
Reserva Legal	20.c	-	-	443.212	-	-	-	-	-	-	(443.212)	-	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	20.b	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização de Dividendos	20.c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.200.000)	-	-	(6.200.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		55.000.000	600.931	6.331.785	28.642.331	245.210	(289.102)	(3.510.731)	(626.273)	-	(1.106.783)	85.913.641	1.353.319	87.267.360
Mutações no Exercício		164.617	443.212	2.277.876	2.277.876	1.455.090	120.981	(2.884.458)	(626.273)	-	(1.106.783)	3.948.036	-	3.948.036
Saldos em 31 de dezembro de 2023		55.000.000	600.931	6.331.785	28.642.331	245.210	(289.102)	(3.510.731)	(488.083)	-	(1.106.783)	85.913.641	1.353.319	87.267.360
Plano de Benefícios a Func														



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder do Conglomerado Prudencial perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, Cj.281, Bloco A, Cond. Wtorre JK - Vila Nova Conceição - São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, plataformas digitais, gestão de benefícios, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada, e fornecimento e administração de vales alimentação, refeição e outros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Santander, que incluem suas dependências no exterior (Banco) e as demonstrações consolidadas (Consolidado), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo BACEN e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país, dependência no exterior e controladas, os resultados não realizados entre essas empresas e destacada a participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado. Estas demonstrações incluem o Banco e suas empresas controladas e os fundos de investimentos indicados na **Nota 13**, onde as empresas do Conglomerado Santander são as principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações. As carteiras desses fundos de investimentos estão classificadas por tipo de operação e estão distribuídas nas mesmas categorias em que originalmente foram alocados.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização de ativos fiscais diferidos, provisão para processos judiciais, civis, fiscais e trabalhistas, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, na reunião realizada em 03 de fevereiro de 2025.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/rf.

b) Novas normas emitidas com vigência futura

As normas e interpretações relacionadas abaixo, aplicáveis ao Banco, entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

1 - Resolução CMN nº 4.966/2021 e correlatas

A Resolução CMN nº 4.966/2021, com as atualizações trazidas pela Resolução CMN nº 5.100/2023 e demais normativos vinculados, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), convergindo os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. As principais mudanças referem-se: à classificação de instrumentos financeiros; ao reconhecimento de juros em caso de atraso; ao reconhecimento da taxa efetiva de juros contratual; à baixa a prejuízo e; ao reconhecimento da provisão com base na perda esperada e classificação das operações com problemas de crédito.

A adoção da referida normativa será aplicada prospectivamente e as diferenças nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes de sua adoção serão reconhecidas em conta de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos impactos fiscais.

Os principais impactos estimados (antes dos efeitos fiscais) da adoção inicial desta Resolução e correlatas são:

1. Efeitos da alteração de categorias - refletem os impactos da remensuração decorrentes de reclassificação entre as categorias, conforme art. 4º da Resolução CMN nº 4.966/2021:

I - De "Disponíveis para Venda" para "Custo Amortizado": O Banco Santander estima uma redução de R\$ 216.137 no valor dos ativos em contrapartida do Patrimônio Líquido oriundo da reversão dos ajustes de marcações a mercado sobre os títulos reclassificados.

2. Efeitos esperados da adoção do modelo para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (art. 40 da Resolução CMN nº 4.966/2021) - O Banco Santander estima um incremento da provisão de aproximadamente R\$ 4.362 milhões (equivalente a um aumento de, aproximadamente, 11% sobre o saldo da provisão existente em 31 de dezembro de 2024), que inclui provisão mínima requerida, provisão adicional, além das provisões para títulos e garantias financeiras prestadas. Para fins de mensuração, foram considerados os seguintes parâmetros:

I - A probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, considerando o prazo esperado do instrumento financeiro, bem como a situação econômica corrente e previsões razoáveis e justificáveis de eventuais alterações nas condições econômicas e de mercado que afetem o risco de crédito do instrumento, durante o seu prazo esperado, inclusive em virtude da existência de eventuais garantias ou colaterais vinculados ao instrumento financeiro;

II - A expectativa de recuperação do instrumento financeiro, considerando os custos de recuperação do instrumento, as características de eventuais garantias ou colaterais, tais como modalidade, liquidez e valor presente provável de realização, as taxas históricas de recuperação em instrumentos financeiros com características e risco de crédito similares, dentre outros.

III - Provisão para perdas incorridas associadas ao risco de créditos para os ativos financeiros inadimplidos, conforme art.76 da Resolução BCB nº 352/2023, aplicando-se os percentuais definidos no Anexo II desta Resolução, observando o período de atraso.

O efeito da adoção inicial do modelo para perdas esperadas associadas ao risco de crédito será reconhecido no patrimônio líquido pelo valor de R\$ 2.521 milhões, após os efeitos tributários.

3. Quanto aos aspectos fiscais relacionados à aplicação dos critérios contábeis estabelecidos na Resolução CMN nº 4.966/2021, a Lei nº 14.467/2022 (com as alterações da Lei nº 15.078/2024) estabeleceu o tratamento tributário no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A partir de 1º de janeiro de 2025, as instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas, independentemente da data da sua contratação e operações com pessoa jurídica em processo falimentar ou em recuperação judicial, a partir da data da decretação da falência ou da concessão da recuperação judicial. A dedução fiscal estabelecida deverá observar a perda incorrida segundo os percentuais estabelecidos com base no período de inadimplimento.

A partir do mês de janeiro de 2026, as perdas apuradas sobre os créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, ainda não deduzidas fiscalmente até essa data, poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, sendo permitido ainda que as instituições optem, até 31 de dezembro de 2025, de forma irrevogável e irretroativa, por fazer as deduções à razão de 1/120 ao mês.

Os efeitos decorrentes da aplicação da Lei nº 14.467/2022 estão refletidos na expectativa de realização dos créditos tributários e passivos fiscais diferidos, demonstrados na **Nota 10.b.2**.

4. Demais mudanças na adoção inicial como a aplicação da taxa efetiva de juros e a remensuração de ativos financeiros que estavam em *stop accrual* em 31 de dezembro de 2024 não terão impactos, pois sua aplicação será prospectiva.

II - Resolução CMN nº 4.975/2021 e atualizações trazidas pela Resolução CMN nº 5.101/2023

Estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025.

O Banco Santander adotará de forma prospectiva a aplicação da referida norma, conforme § 5º da referida Resolução, para os contratos a serem celebrados a partir de janeiro de 2025.

III - Resolução CMN nº 5.185/2024

Adoção pela Resolução CMN nº 5.185/2024 do Comitê de Pronunciamento de Sustentabilidade - CBPS quanto a divulgação como parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas o relatório de informações financeiras relacionadas à Sustentabilidade - CBPS 01 e CBPS 02, sendo a obrigatoriedade de divulgação a partir do exercício de 2026. O Banco Santander está avaliando os impactos para atendimento desta norma.

c) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional, incluindo o Banco Santander e suas controladas, e suas agências no exterior. As transações em moeda estrangeira, no seu reconhecimento inicial, são convertidas utilizando a taxa de câmbio na data da transação.

As variações cambiais sobre estas transações e sobre a conversão dos ativos e passivos em moeda estrangeira para a moeda funcional, são reconhecidas na Demonstração do Resultado. As variações cambiais relacionadas a Hedge de Fluxo de Caixa são reconhecidas no Patrimônio Líquido.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

b.1) Operações Compromissadas

Venda com Compromisso de Recompra

Os títulos de renda fixa próprios utilizados para lastrear as operações compromissadas são destacados em contas específicas do ativo (títulos vinculados) na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. A diferença entre os valores de recompra e o de venda representa a despesa da operação.

O Banco também utiliza lastros de terceiros para realizar captações em operações de venda com compromisso de recompra, tais captações são registradas como posição financiada.

Compra com Compromisso de Revenda

Os financiamentos concedidos mediante lastro com títulos de renda fixa (de terceiros) são registrados na posição bancada pelo valor de liquidação. A diferença entre os valores de revenda e de compra representa a renda da operação. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

Operações Compromissadas Realizadas com Acordo de Livre Movimentação

Para operações com cláusula de livre movimentação, no momento da venda definitiva dos títulos adquiridos com compromisso de revenda, o passivo referente à obrigação de devolução do título deve ser avaliado pelo valor de mercado do título.

c) Títulos e Valores Mobiliários

Conforme Circular Bacen nº 3.068/2001, a carteira de títulos e valores mobiliários é classificada nas seguintes categorias:

I - Títulos para negociação, onde são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida ao resultado do período;

II - Títulos disponíveis para venda, onde são registrados os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, mas não foram adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido. Os ajustes ao valor de mercado, quando realizados, são transferidos para o resultado do período; e

III - Títulos mantidos até o vencimento, onde são registrados os títulos e valores mobiliários para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumentos destinados a hedge ou não, conforme Circular Bacen nº 3.082/2002. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de hedge contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (hedge) podem ser classificados como:

I - Hedge de risco de mercado, onde a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e

II - Hedge de fluxo de caixa, onde a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embuído. Os derivativos embuídos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

e) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A carteira de créditos inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, o Banco efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

As cessões de crédito com retenção substancial de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

f) Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens

Ativos não financeiros mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (operações descontinuadas), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

Outros valores e bens referem-se principalmente a ativos não financeiros, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso.

Ativos não financeiros mantidos para venda e outros valores e bens são registrados e avaliados pelo menor valor entre: o valor contábil líquido e o valor justo líquido dos custos de vendas, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

g) Outras Receitas Operacionais

Representadas substancialmente por receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias, são reconhecidas quando o Banco presta o serviço aos clientes. Para o reconhecimento destas receitas, o Banco aplica o modelo de 5 passos atendendo ao Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.924/2021: I) Identificar o(s) contrato(s) com um cliente; II) Identificar as obrigações de desempenho; III) Determinar o preço da transação; IV) Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato; e V) Reconhecer a receita quando, ou à medida que, a entidade satisfazer uma obrigação de desempenho.

h) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

h.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Conforme Resolução CMN nº 4.935/2021 e Circular Bacen nº 3.693/2013, as comissões pagas aos agentes intermediadores da originação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

i) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

Mudança no Escopo de Consolidação - Consiste na alienação, aquisição ou mudança de controle de determinado investimento.

j) Imobilizado de Uso

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais. A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

k) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas e coligadas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seu valor.

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de software são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

l) Provisões Técnicas Relacionadas às Atividades de Previdência e de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

l.1) Provisões Técnicas de Previdência

As provisões técnicas são constituídas, principalmente, de acordo com os critérios abaixo:

• Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBaC e PMBC)

A PMBaC é constituída a partir das contribuições arrecadadas através do regime financeiro de capitalização. A PMBC representa as obrigações assumidas sob a forma de planos de renda continuada, sendo constituídas através de cálculos atuariais para os planos dos tipos tradicionais.

• Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A PCC deverá ser constituída quando for observada insuficiência nas provisões técnicas decorrente da realização do Teste de Adequação de Passivos (TAP).

l.2) Provisões Técnicas de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo:

• Provisão matemática para resgate resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualizado através da Taxa Referencial Básica (TR);

• Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título;

• Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados. A provisão de sorteios a pagar é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos; e

• Provisão de despesas administrativas tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituída.

m) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão durante o período de duração do contrato de trabalho do funcionário beneficiário, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas de pessoal na demonstração dos resultados.

Planos de Benefício Definido

Plano de Benefício Definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na **Nota 27**. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o estimado.

O Banco Santander aplica o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 (R1) que estabelece o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria (**Nota 27**) e despesas de pessoal (**Nota 23**).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovado pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

n) Remuneração Baseada em Ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência; (2) condições de performance, a quantidade de ações a serem entregues a cada participante será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Conglomerado Santander com o RTA dos principais concorrentes globais do Grupo e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ações

O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e liquidação. O Banco reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte, quaisquer mudanças neste montante são reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida às provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo em os serviços são recebidos, o Banco registra o passivo total que represente a melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

Remuneração Variável Referenciada em Ações

Além dos administradores, todos os funcionários em posição de gestão de risco, recebem no mínimo 40% de sua remuneração variável diferida em pelo menos três anos e 50% do total da remuneração variável em ações (SANB11), condicionada à permanência do participante no Grupo durante toda vigência do plano.

O plano está sujeito à aplicação de cláusulas Malus e Clawback, segundo as quais as parcelas diferidas da remuneração variável podem ser reduzidas, canceladas ou devolvidas nos casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

O valor justo das ações é calculado pela média da cotação final diária das ações nos 15 (quinze) últimos pregões imediatamente anteriores ao primeiro dia útil do mês de outorga.

o) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (**Nota 16**).

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embuído (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

Os instrumentos híbridos de capital e dívida representam obrigações das



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	17.504.978	10.109.122	14.420.204
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	50.990.729	80.098.579	35.517.867
Aplicações no Mercado Aberto	28.103.405	65.766.340	27.344.519
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.354.982	552.870	344.460
Aplicações em Moedas Estrangeiras	20.532.342	13.779.369	7.828.888
Total	68.495.707	90.207.701	49.938.071

As informações relativas a 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Banco			Consolidado		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações no Mercado Aberto	82.066.780	-	-	82.066.780	91.456.976	-
Posição Bancada	2.882.903	-	-	2.882.903	11.381.408	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	159.531	-	-	159.531	4.162.832	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	451.345	-	-	451.345	6.443.780	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.272.027	-	-	2.272.027	774.796	-
Posição Financiada	41.188.086	-	-	41.188.086	62.025.096	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	10.588.105	-	-	10.588.105	20.784.154	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	20.591.455	-	-	20.591.455	31.588.586	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	10.008.526	-	-	10.008.526	9.682.356	-
Posição Vendida	37.995.791	-	-	37.995.791	18.050.472	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	13.470.913	-	-	13.470.913	5.429.226	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	24.524.879	-	-	24.524.879	12.621.246	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	12.748.387	37.224.283	27.442.981	77.415.651	66.012.548	-
Aplicações em Moeda Estrangeira	20.532.342	-	-	20.532.342	13.779.369	-
Total	115.347.509	37.224.283	27.442.981	180.014.773	171.248.893	-

	Banco			Consolidado		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações no Mercado Aberto	82.121.992	-	-	82.121.992	91.886.844	-
Posição Bancada	2.938.114	-	-	2.938.114	11.381.409	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	161.112	-	-	161.112	4.162.832	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	496.136	-	-	496.136	6.443.780	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.280.866	-	-	2.280.866	774.797	-
Posição Financiada	41.188.086	-	-	41.188.086	62.454.963	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	10.588.105	-	-	10.588.105	20.784.306	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	20.591.455	-	-	20.591.455	31.985.301	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	10.008.526	-	-	10.008.526	9.682.356	-
Posição Vendida	37.995.792	-	-	37.995.792	18.050.472	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	13.470.913	-	-	13.470.913	5.429.226	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	24.524.879	-	-	24.524.879	12.621.246	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.521.671	2.738.318	2.867.094	8.127.083	8.194.672	-
Aplicações em Moeda Estrangeira	20.532.342	-	-	20.532.342	13.779.369	-
Total	105.176.005	2.738.318	2.867.094	110.781.417	113.860.885	-

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e Valores Mobiliários

l) Resumo da Carteira por Categorias

	Banco				Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023	
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado	Valor	Patrimônio Líquido	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado	Valor	Patrimônio Líquido
Títulos para Negociação	105.795.791	(3.574.927)	-	-	112.248.238	(3.878.869)	-	-
Títulos Públicos	86.676.165	(2.629.374)	-	-	93.288.053	(2.706.948)	-	-
Títulos Privados	19.119.626	(945.553)	-	-	20.667.133	(1.171.921)	-	-
Títulos Disponíveis para Venda	156.325.349	(711.565)	(3.808.309)	151.805.475	120.585.604	166.450.531	(711.565)	(4.739.761)
Títulos Públicos	88.587.733	(682.528)	(4.240.701)	83.664.504	56.076.980	98.381.830	(682.528)	(5.224.087)
Títulos Privados	67.737.616	(29.037)	432.392	68.140.971	64.508.624	68.068.701	(29.037)	484.326
Títulos Mantidos até o Vencimento	16.110.388	-	-	16.110.388	28.915.610	15.620.339	-	-
Títulos Públicos	15.569.827	-	-	15.569.827	28.915.610	15.569.827	-	-
Títulos Privados	540.561	-	-	540.561	50.512	-	-	-
Total de Títulos e Valores Mobiliários	278.231.528	(4.286.492)	(3.808.309)	270.136.727	226.975.180	297.197.977	(4.590.434)	(4.739.761)

III) Títulos Disponíveis para Venda

	31/12/2024		31/12/2023		Abertura por Vencimento		Banco	
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado	Valor	Patrimônio Líquido	Valor	Patrimônio Líquido	Sem Vencimento	Total
Títulos Disponíveis para Venda	156.325.349	(711.565)	151.805.475	120.585.604	166.450.531	(711.565)	-	-
Títulos Públicos	88.587.733	(682.528)	83.664.504	56.076.980	98.381.830	(682.528)	-	-
Títulos Privados	67.737.616	(29.037)	68.140.971	64.508.624	68.068.701	(29.037)	-	-
Títulos Disponíveis para Venda	156.325.349	(711.565)	151.805.475	120.585.604	166.450.531	(711.565)	-	-
Títulos Públicos	88.587.733	(682.528)	83.664.504	56.076.980	98.381.830	(682.528)	-	-
Títulos Privados	67.737.616	(29.037)	68.140.971	64.508.624	68.068.701	(29.037)	-	-

	31/12/2024		31/12/2023		Abertura por Vencimento		Banco	
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado	Valor	Patrimônio Líquido	Valor	Patrimônio Líquido	Sem Vencimento	Total
Títulos Disponíveis para Venda	156.325.349	(711.565)	151.805.475	120.585.604	166.450.531	(711.565)	-	-
Títulos Públicos	88.587.733	(682.528)	83.664.504	56.076.980	98.381.830	(682.528)	-	-
Títulos Privados	67.737.616	(29.037)	68.140.971	64.508.624	68.068.701	(29.037)	-	-

IV) Títulos Mantidos até o Vencimento

	31/12/2024		31/12/2023		Abertura por Vencimento		Banco	
	Valor do Custo Amortizado / Contábil	Ajuste ao Valor de Mercado	Valor	Patrimônio Líquido	Valor	Patrimônio Líquido	Sem Vencimento	Total
Títulos Mantidos até o Vencimento (1)	15.569.827	28.915.610	5.427.456	7.650.638	1.098.801	1.392.932	15.569.827	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	11.108.077	-	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	202.066	4.274.359	-	-	202.066	202.066	-	-
Títulos Certificados de Variação Salarial - CVS	10.733	13.402	-	-	10.733	10.733	-	-
Títulos da Dívida Externa Mexicana	2.071.494	2.548.055	-	-	2.071.494	2.071.494	-	-
Títulos da Dívida Externa Espanhola	5.579.144	4.925.839	-	-	5.579.144	5.579.144	-	-
Títulos da Dívida Externa Brasileira	7.706.390	6.045.878	5.427.456	-	1.088.068	1.190.866	-	-
Títulos Privado	540.561	-	-	-	540.561	540.561	-	-
Debêntures	540.561	-	-	-	540.561	540.561	-	-
Total	16.110.388	28.915.610	5.427.456	7.650.638	1.098.801	1.392.932	16.110.388	-

(1) O valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento é de R\$ 15.265.228 (31/12/2023 - R\$ 28.852.011). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve alienações de títulos públicos federais e outros títulos classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento.

Atendendo ao disposto Circular Bacen nº 3.068/2001, o Banco Santander possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento. O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião da apuração dos balanços.

V) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Rendas de Títulos de Renda Fixa (1)	68.463.125	22.198.039	68.868.693	26.318.891
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	20.567.480	13.231.690	13.546.931	9.148.480
Resultado Financeiro de Provisões e de Capitalização	(1.481.578)	203.509	(905.340)	416.030
Provisão para Perdas por não Recuperação (2)	-	-	87.407	154.040
Outras (3)	35.346	359.155	298.004	(1.217.217)
Total	86.382.912	35.614.151	80.764.234	34.208.228

(1) Inclui receita de variação cambial no valor de R\$ 47.936.629 no Banco e no Consolidado e efeito contrário em variação cambial com Captações nota 16.c. (31/12/2023 - receita de R\$ 3.220.752).

II) Títulos para Negociação

	31/12/2024		31/12/2023		Abertura por Vencimento					Banco	
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total	Total
Títulos para Negociação	86.676.165	(2.629.374)	84.046.791	66.080.225	-	9.406.410	18.593.724	14.353.084	41.693.573	84.046.791	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	12.991.467	(1.584)	12.989.883	3.884.114	-	947.904	4.703.540	3.327.272	4.011.167	12.989.883	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	55.246.423	(2.441.195)	52.805.228	45.518.819	-	4.401.706	8.909.986	3.188.719	36.304.817	52.805.228	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	17.147.955	(188.337)	16.959.618	15.998.947	-	3.317.233	4.430.041	7.835.116	1.377.228	16.959.618	-
Títulos da Dívida Agrária - TDA	3.681	(124)	3.557	10.952	-	-	1.580	1.977	-	3.557	-
Títulos da Dívida Externa Brasileira	298	63	361	359	-	-	-	-	361	361	-
Títulos da Dívida Externa Norte Americana	1.286.341	1.803	1.288.144	667.034	-	739.567	548.577	-	-	1.288.144	-
Títulos Privados	19.119.626	(945.553)	18.174.073	11.393.741	955.503	148.733	4.598	203.975	16.861.264	18.174.073	-
Ações	1.058.381	(492.421)	565.960	816.300	-	565.960	-	-	-	565.960	-
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	674.400	(4.978)	669.422	894.851	-	3.952	2.578	196.935	465.957	669.422	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	305.429	(4.408)	301.021	422.192	-	-	1.004	1.454	298.563	301.021	-
Cotas de Fundos de Investimento	372.282	17.261	389.543	644.639	389.543	-	-	-	-	389.543	-



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Negociação	31/12/2024			31/12/2023		
	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo
Opções de Venda Outras	194.435.891	500.123	98.113	316.914.628	685.600	528.719
Mercado Interfinanceiro	553.161	111.802	80.262	543.157	46.852	30.439
Outras (2)	193.882.730	388.321	17.851	316.371.471	638.748	498.280
Compromissos de Venda	317.573.172	(7.974.008)	(7.129.994)	439.875.435	(3.604.867)	(2.546.777)
Opções de Compra Moeda Estrangeira	32.414.733	(2.480.198)	(3.575.881)	3.453.152	(288.349)	(466.324)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	12.319.102	(795.112)	(401.425)	5.951.310	(527.978)	(431.952)
Opções de Compra Outras	61.458.768	(4.102.991)	(2.963.009)	113.106.162	(2.029.925)	(901.373)
Mercado Interfinanceiro	25.104.525	(3.339.121)	(1.338.328)	17.295.280	(1.479.724)	(710.121)
Outras (2)	36.354.263	(763.870)	(1.624.681)	95.810.882	(550.201)	(191.252)
Opções de Venda Outras	211.380.549	(595.707)	(189.679)	317.364.811	(758.615)	(747.128)
Mercado Interfinanceiro	1.395.691	(155.776)	(29.908)	370.221	(24.912)	(23.004)
Outras (2)	209.984.858	(439.931)	(159.771)	316.994.590	(733.703)	(724.124)
Contratos de Futuros	786.370.633	(27.992)	-	325.170.914	-	-
Posição Comprada	397.273.248	-	-	164.682.752	-	-
Cupom Cambial (DDI)	143.814.583	-	-	41.331.942	-	-
Taxa de Juros (D11 e DIA)	135.768.788	-	-	48.254.715	-	-
Moeda Estrangeira	107.515.797	-	-	68.838.058	-	-
Índice (3)	7.717.797	-	-	5.269.712	-	-
Treasury Bonds/Notes	2.456.883	-	-	988.325	-	-
Posição Vendida	389.097.385	(27.992)	-	160.488.162	-	-
Cupom Cambial (DDI)	143.814.584	-	-	41.331.942	-	-
Taxa de Juros (D11 e DIA)	138.131.331	-	-	48.339.061	-	-
Moeda Estrangeira	96.976.790	(27.992)	-	64.559.123	-	-
Índice (3)	7.717.797	-	-	5.269.712	-	-
Treasury Bonds/Notes	2.456.883	-	-	988.325	-	-
Contratos a Termo e Outros	482.555.256	6.508.308	(227.150)	367.004.069	3.312.025	3.003.671
Compromissos de Compra	245.713.053	13.800.993	14.011.413	185.200.220	18.046.952	13.301.372
Moedas	186.375.847	5.217.091	5.356.193	138.731.942	17.047.097	4.936.483
Outros	59.337.206	8.583.902	8.655.220	46.468.278	999.855	8.364.889
Compromissos de Venda	236.842.203	(7.292.685)	(14.238.563)	181.803.849	(14.734.928)	(10.297.701)
Moedas	187.201.593	(6.042.836)	(6.308.063)	135.183.300	(13.498.486)	(2.119.840)
Outros	49.640.610	(1.249.849)	(7.930.500)	46.620.519	(1.236.442)	(8.177.861)

Negociação	31/12/2024			31/12/2023		
	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo
Swap	870.646.243	(5.416.961)	289.583	821.847.697	(2.046.626)	(842.078)
Ativo	428.077.261	11.989.199	17.041.277	407.775.731	9.193.215	12.458.472
Juros	212.769.602	8.288.494	9.155.517	193.567.208	5.054.833	6.481.014
Moeda Estrangeira	207.863.441	3.593.516	7.449.012	212.970.458	4.136.463	5.977.193
Outros	7.444.218	107.189	436.748	1.238.065	1.919	265
Passivo	442.568.982	(17.406.160)	(16.751.694)	414.071.966	(11.239.841)	(13.300.550)
Juros	300.101.297	(13.645.096)	(13.848.264)	267.400.407	(9.117.639)	(9.754.177)
Moeda Estrangeira	133.470.413	(3.588.425)	(2.726.684)	143.788.702	(1.907.489)	(3.332.851)
Outros	8.997.272	(172.639)	(176.746)	2.882.857	(214.713)	(213.522)
Opções	538.580.486	(1.728.092)	505.857	857.662.210	(1.112.873)	(49.854)
Compromissos de Compra	248.136.847	2.889.580	4.960.932	419.095.674	2.252.815	2.635.506
Opções de Compra Moeda Estrangeira	17.652.928	1.170.432	2.035.001	7.711.827	497.534	426.074
Opções de Venda Moeda Estrangeira	10.969.754	449.432	297.814	5.326.447	408.144	489.785
Opções de Compra Outras	25.078.274	769.593	2.530.004	89.142.771	661.537	1.183.085
Mercado Interfinanceiro	4.228.408	420.720	1.456.616	3.729.452	217.219	265.824
Outras (2)	20.849.866	348.873	1.073.388	85.413.319	444.318	917.261
Opções de Venda Outras	194.435.891	500.123	98.113	316.914.629	685.600	536.563
Mercado Interfinanceiro	553.161	111.802	80.262	543.157	46.852	30.439
Outras (2)	193.882.730	388.321	17.851	316.371.471	638.748	506.124
Compromissos de Venda	290.443.639	(4.617.672)	(4.455.075)	438.566.536	(3.365.688)	(2.685.361)
Opções de Compra Moeda Estrangeira	10.516.526	(597.168)	(786.707)	3.453.152	(288.349)	(466.325)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	11.046.513	(555.932)	(275.212)	4.642.411	(288.799)	(431.952)
Opções de Compra Outras	57.500.051	(2.868.865)	(3.203.477)	113.106.162	(2.029.925)	(999.258)
Mercado Interfinanceiro	21.145.788	(2.104.995)	(1.578.796)	17.295.280	(1.479.724)	(710.121)
Outras (2)	36.354.263	(763.870)	(1.624.681)	95.810.882	(550.201)	(289.137)
Opções de Venda Outras	211.380.549	(595.707)	(189.679)	317.364.811	(758.615)	(747.826)
Mercado Interfinanceiro	1.395.691	(155.776)	(29.908)	370.221	(24.912)	(23.004)
Outras (2)	209.984.858	(439.931)	(159.771)	316.994.590	(733.703)	(764.822)
Contratos de Futuros	785.337.223	(27.992)	-	325.170.915	-	-
Posição Comprada	396.239.838	-	-	164.682.752	-	-
Cupom Cambial (DDI)	143.814.583	-	-	41.331.942	-	-
Taxa de Juros (D11 e DIA)	135.768.788	-	-	48.254.715	-	-
Moeda Estrangeira	106.481.787	-	-	68.838.058	-	-
Índice (3)	7.717.797	-	-	5.269.712	-	-
Treasury Bonds/Notes	2.456.883	-	-	988.325	-	-
Posição Vendida	389.097.385	(27.992)	-	160.488.163	-	-
Cupom Cambial (DDI)	143.814.584	-	-	41.331.942	-	-
Taxa de Juros (D11 e DIA)	138.131.331	-	-	48.339.061	-	-
Moeda Estrangeira	96.976.790	(27.992)	-	64.559.123	-	-
Índice (3)	7.717.797	-	-	5.269.712	-	-
Treasury Bonds/Notes	2.456.883	-	-	988.325	-	-
Contratos a Termo e Outros	443.722.256	6.675.015	(666.117)	330.970.103	3.288.881	3.351.821
Compromissos de Compra	226.379.907	13.065.871	13.075.230	167.171.665	17.248.113	12.972.711
Moedas	176.481.430	4.649.383	4.759.269	134.610.617	17.042.331	4.932.718
Outros	49.898.477	8.416.488	8.315.961	32.561.048	206.782	8.039.993
Compromissos de Venda	217.342.349	(6.390.856)	(13.741.347)	163.798.438	(13.960.232)	(9.620.890)
Moedas	177.766.056	(5.934.009)	(6.151.264)	130.779.288	(13.211.003)	(1.766.190)
Outros	39.576.293	(456.847)	(7.590.083)	33.019.150	(749.229)	(7.854.700)

- (1) Valor nominal dos contratos atualizados.
- (2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US Treasury, ações e índices de ações.
- (3) Inclui índices Bovespa e S&P.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte, Abertura por Vencimento e Mercado de Negociação

	Banco					
	Contraparte			Abertura por Vencimento		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024
	Partes	Instituições	Total	Até	De 3 a	Acima de
	Clientes	Relacionadas	Financieiras (1)	3 Meses	12 Meses	12 Meses
	Total	Total	3 Meses	12 Meses	12 Meses	Bolsas (2)
	Balcão (3)					
Swap	248.822.683	735.721.902	200.885.188	1.185.429.773	1.080.128.583	155.348.696
Opções	72.193.642	56.996.731	458.679.192	587.869.565	859.964.525	80.264.346
Contratos de Futuros	13.890.950	4.662.098	767.817.585	786.370.633	325.170.914	415.684.910
Contratos a Termo e Outros	180.609.297	232.117.055	69.828.904	482.555.256	367.004.069	279.916.382
				111.279.751	91.359.123	55.754.746
						426.800.510

	Consolidado					
	Contraparte			Abertura por Vencimento		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024
	Partes	Instituições	Total	Até	De 3 a	Acima de
	Clientes	Relacionadas	Financieiras (1)	3 Meses	12 Meses	12 Meses
	Total	Total	3 Meses	12 Meses	12 Meses	Bolsas (2)
	Balcão (3)					
Swap	248.822.683	735.721.902	200.885.188	1.185.429.773	1.080.128.583	155.348.696
Opções	72.193.642	56.996.731	458.679.192	587.869.565	859.964.525	80.264.346
Contratos de Futuros	13.890.950	4.662.098	767.817.585	786.370.633	325.170.914	415.684.910
Contratos a Termo e Outros	180.609.297	232.117.055	69.828.904	482.555.256	367.004.069	279.916.382
				111.279.751	91.359.123	55.754.746
						426.800.510

- (1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e outras bolsas de valores e mercadorias.
- (2) Inclui valores negociados na B3.
- (3) É composto por operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen.

IV) Hedge Contábil

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/2002. As seguintes estruturas de hedge contábil foram estabelecidas:

IV.I) Hedge de Risco de Mercado

As estratégias de hedge de risco de mercado do Banco consistem em estruturas de proteção à variação no risco de mercado, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão do hedge de risco de mercado adotada pelo Banco segregava as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial Real/Dólar, risco de taxa de juros pré-fixada em Reais, risco de cupom cambial de Dólar, risco de inflação, risco de juros e etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do risco de mercado no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de swaps e contratos de futuros de taxa de juros relativos a ativos e passivos prefixados.

O Banco aplica o hedge de risco de mercado como segue:

- Designa swaps de Moeda Estrangeira + Cupom versus % CDI e Taxa de Juros Pré - Reais ou contrata futuros de Dólar (DOL, DDI/DI) como instrumento derivativo em estruturas de Hedge Accounting, tendo como item objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira.
- O Banco possui uma carteira de ativos indexados ao Euro e negociados na agência no exterior. Na operação, o valor do ativo em Euro será convertido para Dólar pela taxa do contrato de câmbio de ingresso da operação. A partir da conversão, o valor principal da operação, já expresso em dólar, será corrigido por uma taxa flutuante ou pré-fixado. Os ativos serão cobertos com Swap Cross Currency,
- Para operações ativas e passivas indexadas em taxas pré e inflação (objeto de hedge) são utilizados contratos futuros negociados em bolsa (instrumento de hedge).

Em hedge de risco de mercado, os resultados, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os objetos



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Carteira de Créditos e da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	31/12/2024					31/12/2023					Banco			
		Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerida	Adicional (2)	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerida	Adicional (2)	Provisão Total	Provisão Total		
AA	0,0 %	192.310.586	-	192.310.586	-	-	-	-	185.037.635	-	185.037.635	-	-	-	-
A	0,5 %	134.726.623	-	134.726.623	673.633	1	673.634	125.473.009	-	125.473.009	627.365	3	627.368	-	
B	1,0 %	36.255.755	3.760.232	40.015.987	400.160	36	400.196	36.135.274	3.240.124	39.375.398	393.754	123	393.877	-	
C	3,0 %	34.579.637	3.600.677	38.180.314	1.145.409	1.581	1.146.990	32.993.283	2.835.006	35.828.389	1.074.852	1.534	1.076.386	-	
D	10,0 %	10.673.388	3.352.482	14.025.870	1.402.587	1.171.209	2.573.796	11.590.372	3.305.289	14.895.661	1.489.566	100.659	1.590.225	-	
E	30,0 %	3.676.230	2.999.666	6.675.896	2.002.769	1.105.600	3.108.396	3.299.330	2.373.124	7.123.065	2.373.124	92.052	2.228.972	-	
F	50,0 %	2.087.966	2.062.615	4.150.581	2.075.290	707.579	2.782.869	2.367.035	1.995.167	4.362.202	2.181.101	93.570	2.274.671	-	
G	70,0 %	3.542.870	2.041.040	5.583.910	3.908.738	1.194.985	5.103.723	6.638.832	2.213.364	8.852.196	6.196.537	1.756.763	7.953.300	-	
H	100,0 %	4.491.646	10.482.198	14.973.844	14.973.844	-	14.973.844	4.268.646	10.750.035	15.018.681	15.018.681	-	15.018.681	-	
Total		422.344.701	28.298.910	450.643.611	26.582.430	4.180.991	30.763.421	409.254.127	26.712.109	435.966.236	29.118.776	2.044.704	31.163.480	10.990.008	
Circulante														20.173.472	
Não Circulante														10.990.008	

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	31/12/2024					31/12/2023					Banco		
		Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerida	Adicional (2)	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerida	Adicional (2)	Provisão Total	Provisão Total	
AA	0,0 %	214.065.269	-	214.065.269	-	-	-	-	203.142.039	-	203.142.039	-	-	-
A	0,5 %	186.463.460	-	186.463.460	932.317	1	932.318	166.591.676	-	166.591.676	832.958	3	832.961	-
B	1,0 %	48.692.644	5.672.789	54.365.433	543.654	36	543.690	45.233.297	4.927.564	50.160.861	501.609	123	501.732	-
C	3,0 %	37.850.167	5.493.074	43.343.241	1.300.297	1.581	1.301.878	35.718.161	4.329.428	40.047.589	1.201.428	1.534	1.202.962	-
D	10,0 %	11.605.103	4.301.969	15.907.072	1.590.707	1.171.209	2.761.916	12.283.076	4.149.299	16.432.375	1.643.238	100.659	1.743.897	-
E	30,0 %	3.816.828	3.603.895	7.420.723	2.226.217	1.105.600	3.331.817	4.899.901	2.959.053	7.858.954	2.357.686	92.052	2.449.738	-
F	50,0 %	2.329.634	2.548.248	4.877.882	2.438.941	707.579	3.107.877	3.107.877	2.492.362	5.600.239	2.800.120	93.570	2.893.690	-
G	70,0 %	3.595.501	2.385.997	5.981.498	4.187.409	1.194.985	5.382.034	6.706.701	2.595.044	9.301.745	6.511.222	1.756.763	8.267.985	-
H	100,0 %	4.822.656	12.409.416	17.232.072	17.232.072	-	17.232.072	4.665.549	12.816.554	17.482.103	17.482.103	-	17.482.103	-
Total		513.241.262	36.415.388	549.656.650	30.451.254	4.180.991	34.632.245	482.348.277	34.269.304	516.617.581	33.330.364	2.044.704	35.375.068	12.476.411
Circulante														22.898.657
Não Circulante														10.990.008

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.
 (2) A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente.
 (3) No Banco e no Consolidado o total da carteira de créditos inclui o valor de R\$ 108 milhões (31/12/2023- R\$ 241 milhões), referente ao ajuste a valor de mercado das operações de crédito que são objeto de proteção, registrados de acordo com Instrução Normativa BCB nº 276/2022 e que não estão contemplados na nota dos níveis de riscos.

Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE)

Conforme a Resolução CMN nº 4.846/2020, demonstramos a seguir, as operações relacionadas ao Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE), classificadas por nível de risco e juntamente com o montante da provisão constituída para cada nível de risco:

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Banco/Consolidado				
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
D	10,0 %	-	-	79	1	1
E	30,0 %	-	-	213	10	10
F	50,0 %	-	-	344	26	26
G	70,0 %	-	-	357	37	37
H	100,0 %	230	34	8.467	1.394	1.394
Total		230	34	9.460	1.468	1.468

(1) Saldo de provisão constituída sobre a parcela do crédito cujo risco é do Banco Santander (Brasil) S.A.
 e) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Banco/Consolidado				
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
D	10,0 %	-	-	79	1	1
E	30,0 %	-	-	213	10	10
F	50,0 %	-	-	344	26	26
G	70,0 %	-	-	357	37	37
H	100,0 %	230	34	8.467	1.394	1.394
Total		230	34	9.460	1.468	1.468

Origens	31/12/2024		31/12/2023		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	67.263.300	61.738.325	27.512.454	10.771.953	(8.275.574)	30.008.833
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	3.294.283	3.079.651	1.374.298	884.284	(787.628)	1.470.954
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.735.951	2.233.681	997.129	360.770	(136.006)	1.221.893
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	5.501.563	6.170.589	2.746.669	1.579.443	(1.880.475)	2.445.637
Ágio	99.039	102.017	45.908	-	(1.340)	44.568
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	6.859.618	7.868.678	2.516.879	6.683.583	(6.706.763)	2.493.699
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	8.234.971	2.045.533	947.929	3.222.682	(298.845)	3.871.766
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	391.247	1.543.768	693.587	1.258.408	(1.775.208)	176.787
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	1.867.783	1.621.269	671.892	1.020.202	(920.155)	771.939
Outras Provisões Temporárias (3)	8.048.842	7.313.367	3.119.676	4.321.823	(3.779.566)	3.661.933
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	104.296.597	93.716.878	40.626.421	30.103.148	(24.561.560)	46.168.009
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	12.569.047	12.897.821	5.562.744	81.919	(168.314)	5.486.349
Contribuição Social - MP 2.158/2001	-	-	40.766	7.338	-	(7.338)
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	116.865.644	106.655.465	46.196.503	30.185.067	(24.727.212)	51.654.358

(1) Inclui Ativos Fiscais Diferidos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.
 (2) Inclui Ativos Fiscais Diferidos de IRPJ e CSLL, sobre os ajustes do plano de benefícios a funcionários.
 (3) Composto, principalmente, por provisões de natureza administrativas.
 Em 31 de dezembro de 2024, os créditos tributários não ativados totalizaram R\$ 55.757 (31/12/2023 - R\$108.198) no Consolidado.
 O registro contábil dos Ativos Fiscais Diferidos nas demonstrações financeiras do Santander Brasil foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao exercício previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 4.842/2020 e Resolução BCB nº 15/2020.

b.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais - Base Negativa		Total Registrados
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Base Negativa	Total	
2025	4.200.242	3.404.277	129.221	450.044	8.183.784	
2026	4.135.425	3.338.813	129.221	-	7.603.459	
2027	3.091.290	2.498.002	129.221	308.824	6.027.337	
2028	2.788.600	2.230.869	129.222	784.211	5.932.902	
2029	2.767.781	2.214.214	129.222	1.122.831	6.234.048	
2030 a 2034	6.215.641	4.972.513	-	2.549.629	13.737.783	
Após 2035	-	-	-	-	-	
Total	23.198.979	18.658.688	646.107	5.215.539	47.719.313	

(1) Inclui parcelas de crédito a liberar para construtoras/incorporadoras.
 (2) Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis imobiliários - CRI.
 (3) Refere-se ao risco de crédito de derivativos.

8. CARTEIRA DE CÂMBIO

Ativo	Banco		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Direitos sobre Venda de Câmbio	80.518.010	24.590.136	80.518.010	24.590.136
Câmbio Comprado a Liquidar	55.142.228	43.427.082	55.142.228	43.427.082
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(226.965)	(516.110)	(226.965)	(516.110)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos e Importações Financiadas (Nota 7.a)	254.984	157.593	254.984	157.593
Cambiais e Documentos a Prazo em Moedas Estrangeiras	-	571	-	571
Total	135.688.257	67.659.272	135.688.257	67.659.272
Passivo				
Câmbio Vendido a Liquidar	93.549.590	40.391.634	93.549.590	40.391.634
Obrigações por Compra de Câmbio	44.470.630	27.663.172	44.470.630	27.663.172
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 7.a)	(6.893.789)	(4.301.307)	(6.893.789)	(4.301.307)
Outros	152	121	152	121
Total	131.126.583	63.753.620	131.126.583	63.753.620

(1) Inclui as parcelas de crédito a liberar para construtoras/incorporadoras.
 (2) Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis imobiliários - CRI.
 (3) Refere-se ao risco de crédito de derivativos.

9. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

a) Outros Ativos Financeiros

Ativo	Banco		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Carteira de Câmbio	135.589.906	67.659.272	135.589.906	67.659.272
Negociação e Intermediação de Valores	3.566.226	1.763.642	3.566.226	1.763.642
Relações Interfinanceiras	118.284.820	105.155.562	118.284.820	105.155.562
Créditos por Avais e Fianças Honorados (Nota 7.a.)	649.347	1.450.794	649.347	1.450.794
Total	258.090.299	176.029.270	258.090.299	176.029.270
Circulante	256.568.819	168.072.525	256.568.819	168.072.525
Não Circulante	1.521.480	7.956.745	1.521.480	7.956.745

Ativo	Banco		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Carteira de Câmbio	135.688.257	67.659.272	135.688.257	67.659.272
Negociação e Inter				



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Impostos Correntes				
Imposto de renda e contribuição social do período	(179.848)	(195.291)	(3.534.051)	(4.195.566)
Impostos Diferidos	1.413.638	6.498.898	745.118	5.591.989
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias - Resultado	1.413.638	6.498.898	745.118	5.591.989
Movimentação do Período:	(59.084)	(60.787)	(73.216)	(49.045)
Base Negativa de Contribuição Social	(38.428)	(56.140)	(44.775)	(59.890)
Prejuízo Fiscal	(20.656)	(4.647)	(28.441)	10.845
Constituição no período sobre:	41.547	-	41.546	1.678
Base Negativa de Contribuição Social	18.300	-	18.300	1.678
Prejuízo Fiscal	23.247	-	23.246	-
Total dos impostos diferidos	1.396.101	6.438.111	713.448	5.544.622
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.216.253	6.242.820	(2.820.603)	1.349.056

- (1) A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.
- (2) No resultado de participações em coligadas e controladas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.
- (3) Efeito da diferença da alíquota para as empresas que estão sujeitas à alíquota de contribuição social de 9% e 15%

e) Despesas Tributárias

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Despesa com Cofins	1.691.869	2.012.512	3.081.685	3.290.018
Despesa com ISS	716.523	648.497	1.008.545	891.115
Despesa com PIS	274.929	327.033	563.864	589.265
Outras	253.692	293.405	279.919	324.423
Total	2.937.013	3.281.447	4.934.013	5.094.821

11. OUTROS ATIVOS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Títulos e Créditos a Receber (Nota 7.a)	50.960.565	43.318.428	51.029.771	43.318.428
Cartões de Crédito	24.916.863	32.272.330	31.223.209	35.741.687
Direitos Creditórios (1)	63.309	214.077	466.309	214.077
Prêmio ou Desconto em Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	466.309	214.077	466.309	214.077
Devedores por Depósitos em Garantia	5.876.095	5.656.205	7.809.260	7.503.965
Para Interposição de Recursos Fiscais	1.722.363	1.735.205	1.816.514	1.834.873
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	757.299	787.047	952.218	987.175
Outros - Cíveis	496	496	496	496
Garantias Contratuais de Ex-Controladores	116.022	93.865	117.017	97.478
Pagamentos a Resarcir	102.350	129.513	396.447	542.314
Adiantamentos Salariais	-	-	4.690.938	2.750.937
Adiantamentos de Contratos de Energia	275.714	272.437	341.013	338.820
Plano de Benefícios a Funcionários	349.010	399.190	490.961	551.727
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 7.a)	15.032.082	44.824	125.415	236.869
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (2)	4.027.534	3.399.401	3.371.246	3.156.621
Outros Valores e Bens	1.099.669	1.036.387	1.112.444	979.728
Outros (3)	20.822.069	13.845.180	12.258.459	8.669.768
Total	126.524.440	103.204.585	116.201.717	106.924.963
Circulante	100.062.353	91.933.523	86.144.772	92.881.898
Não Circulante	26.462.087	11.271.062	30.056.946	14.043.065

- (1) Consiste em operações com características de cessão de crédito, substancialmente, compostas por operações de "Confirming" com pessoas jurídicas sujeitas ao risco de crédito e análise de perdas esperadas associadas ao risco de crédito por segmento, de acordo com as políticas de risco do Banco.
- (2) Montante a receber de R\$ 15,0 bilhões, pela redução do capital social da sociedade Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.
- (3) O saldo é composto majoritariamente por despesas antecipadas e recursos a liquidar provenientes de operações estruturadas.

12. INFORMAÇÕES DAS DEPENDÊNCIAS NO EXTERIOR

O Banco Santander possui autorização para operar agências em Grand Cayman, nas Ilhas Cayman, e em Luxemburgo. As agências estão devidamente autorizadas a executar negócios de captação de recursos no mercado bancário e de capitais internacional para prover linhas de crédito para o Banco Santander, que são então estendidas aos clientes do Banco Santander para financiamentos de capital de giro e comércio exterior. As agências também recebem depósitos em moeda estrangeira de clientes corporativos e pessoas físicas e concede crédito a clientes brasileiros e estrangeiros, fundamentalmente para apoiar operações comerciais com o Brasil.

O resultado líquido do período das dependências no exterior, convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluídas nas demonstrações financeiras sem eliminação das transações com ligadas é:

	Agência Grand Cayman (1)			Agência de Luxemburgo(1)		
	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Resultado do Período	841.672	1.813.663	1.560.297	1.043.429	2.189.671	1.727.546

	Agência Grand Cayman (1)		Agência de Luxemburgo(1)	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo				
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	177.044.610	154.465.424	157.174.133	119.862.991
Ativo Permanente	35	28	-	-
Total do Ativo	177.044.645	154.465.452	157.174.133	119.862.991
Passivo				
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	133.250.444	121.105.599	131.056.252	100.565.467
Patrimônio Líquido	43.794.201	33.359.853	26.117.881	19.297.524
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	177.044.645	154.465.452	157.174.133	119.862.991

- (1) A moeda funcional é o Real.

13. PARTICIPAÇÕES DE CONTROLADAS E COLIGADAS

a) Perímetro de Consolidação

Investimentos	Ramo de Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)				
		Ações Ordinárias e Cotas		Participação Direta	Participação Consolidada	31/12/2024
		Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais			
Controladas do Banco Santander						
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	Financeira	50.159	-	100,00 %	100,00 %	
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	81	81	39,89 %	39,89 %	
Esfera Fidelidade S.A.	Prestação de Serviços	10.001	-	100,00 %	100,00 %	
Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A. (Nova denominação de Gira, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.)	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	486.010	-	100,00 %	100,00 %	
Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda. (Roj Entretenimento S.A.)	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	257.306	-	100,00 %	100,00 %	
Sarb Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Prestação de Serviços	7.417	-	95,00 %	95,00 %	
Sancap Investimentos e Participações S.A.	Prestação de Serviços de Meios Digitais	71.181	-	100,00 %	100,00 %	
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.	Holding	23.538.159	-	100,00 %	100,00 %	
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	Consórcio	872.186	-	100,00 %	100,00 %	
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A.	Corretora	14.067.640	14.067.640	100,00 %	100,00 %	
Santander Holding Imobiliária S.A.	Corretora	7.184	-	100,00 %	100,00 %	
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	Outras	558.601	-	100,00 %	100,00 %	
FIRST Tecnologia e Inovação Ltda.	Leasing	164	-	100,00 %	100,00 %	
SX Negócios Ltda.	Prestação de Serviços de Tecnologia	241.941	-	100,00 %	100,00 %	
Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.	Prestação de Serviços de Call Center	75.050	-	100,00 %	100,00 %	
Controladas da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.						
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.	Prestação de Serviços	192.000	-	100,00 %	100,00 %	
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	Tecnologia	500.411	-	100,00 %	100,00 %	
Controlada da Santander Leasing						
Banco Bandepe S.A.	Banco	150.000	-	50,00 %	50,00 %	
Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander DTVM)	Banco	3.589	-	100,00 %	100,00 %	
Controladas da Sancap Investimentos e Participações S.A.						
Santander Capitalização S.A.	Distribuidora	461	-	100,00 %	100,00 %	
Evidence Previdência S.A.	Capitalização	64.615	-	100,00 %	100,00 %	
Controlada da Santander Holding Imobiliária S.A.						
Summer Empreendimentos Ltda.	Real Estate	17.084	-	100,00 %	100,00 %	
Controlada da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.						
Toro Corretora de Títulos e de Valores Mobiliários Ltda. (Toro CTVM)	Corretora	21.559	-	59,64 %	59,64 %	
Toro Investimentos S.A. (1)	Investimentos	44.101	-	13,23 %	13,23 %	
Controlada da Toro Corretora de Títulos e de Valores Mobiliários Ltda.						
Toro Investimentos S.A.	Investimentos	289.362	-	86,77 %	86,77 %	
Controlada em Conjunto da Sancap Investimentos e Participações S.A.						
Santander Auto S.A.	Tecnologia	22.452	-	50,00 %	50,00 %	
Controlada da Toro Investimentos S.A.						
Toro Asset Management S.A.	Investimentos	918.264	-	100,00 %	100,00 %	

- (1) A Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é controlador da Toro Investimento S.A. indiretamente.

	Ramo de Atividade	Ações Ordinárias e Cotas		Participação Direta	Participação Consolidada	31/12/2024
		Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais			
Investimentos						
Influência Significativa do Banco Santander						
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A.	Outras	5.076	1.736	11,11 %	11,11 %	
Gestora de Inteligência de Crédito S.A.	Birô de Crédito	8.144	1.756	15,56 %	15,56 %	
Influência Significativa pelo Banco Santander						
Núcleo S.A.	Outras	9.248	-	17,53 %	17,53 %	
Pluxee Benefícios Brasil S.A.	Benefícios	191.342	-	20,00 %	20,00 %	
Controladas da Santander Corretora de Seguros						
América Gestão Serviços em Energia S.A.	Energia	653	-	70,00 %	70,00 %	
Fit Economia de Energia S.A.	Outras	10.400	-	65,00 %	65,00 %	
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros						
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de Seguros	1.000	-	50,00 %	50,00 %	
Influência Significativa da Santander Corretora de Seguros						
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	Outras	22.454	-	20,00 %	20,00 %	
Tecnologia Bancária S.A.	Outras	743.944	68.771	18,98 %	18,98 %	
Biomass - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	Outras	20.000	-	16,66 %	16,66 %	
Webmotors S.A.	Tecnologia	182.197.214	-	30,00 %	30,00 %	
Controlada da Webmotors S.A.						
Loop Gestão de Pátios S.A.	Prestação de Serviços	23.243	-	51,00 %	15,30 %	
Car10 Tecnologia e Informação S.A.	Tecnologia	6.591	-	66,67 %	20,00 %	
Controlada da Car10 Tecnologia e Informação S.A.						
Pag10 Fomento Mercantil Ltda.	Tecnologia	100	-	100,00 %	20,00 %	
Controlada da Tecnologia Bancária S.A.						
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda.	Outras	552.004	-	100,00 %	18,98 %	
TecBan Serviços Integrados Ltda.	Outras	10.800	-	100,00 %	18,98 %	
Controlada da Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda.						
Tbforfe Segurança e Transporte de Valores Ltda.	Outras	517.505	-	100,00 %	18,98 %	
Fundos de Investimentos Consolidados						
Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);						
Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);						
Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);						
Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC);						
Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) (3);						
Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) (1);						
Prime 16 - Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FI) (2);						

- Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) (3);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (4);
- Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos;
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado - Não Padronizado (4);
- Atual - Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior;
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - Getnet;
- Agro Flex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (4);
- San Créditos Estruturados - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado (4);
- D365 - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (4);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Tellus (4);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Precato IV (4);
- Santander Hera Renda Fixa Fundo Incentivado de Investimento em Infraestrutura Responsabilidade Limitada;
- Ararinhão Fundo de Investimento em Renda Fixa Longo Prazo; e
- Hyundai Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.

- (1) A Renault montadora (entidade não pertencente ao Conglomerado Santander) vende suas duplicatas ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, o Banco RCI Brasil S.A. detém 100% das suas cotas.
- (2) O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam imóveis como garantia. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário a consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas.
- (3) O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e de seu fundo exclusivo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. O Santander Paraty não possui posição patrimonial própria, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.
- (4) Fundo controlado pela Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A.

b) Composição dos Investimentos

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Patrimônio Líquido Ajustado	9.300.737	2.412.968	9.300.737	2.412.968
Lucro Líquido	2.412.968	608.363	2.412.96	

... continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Consolidado			
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (2)	-	3.648.695	15.252.317	22.263.992
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	4.220.536	15.268.170	17.591.988
Letras Financeiras - LF (3)	-	3.678.495	14.041.454	12.869.338
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG (4)	-	2.716.406	4.350.630	9.998.266
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	4.904.555	3.980.720	10.966.051
Certificados de Operações Estruturadas	-	733.437	4.251.640	11.914.972
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	51.118.867	55.137.327	12.470.988
Obrigações por Empréstimos no País	-	5.380	-	5.380
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	50.263.859	52.807.692	6.714.514
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	-	29.277.886	41.882.187	71.160.073
Outras Linhas de Crédito	-	20.985.973	10.925.505	38.625.992
Obrigações por Repasses do País	-	849.528	2.329.635	5.756.474
Total	99.168.569	292.797.525	225.650.557	311.180.687
Circulante	99.168.569	292.797.525	225.650.557	311.180.687
Não Circulante	-	-	-	89.530.000

- Consideram os vencimentos estabelecidos nas respectivas aplicações, existindo a possibilidade de saque imediato, de forma antecipada ao seu vencimento.
- Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 31 de dezembro de 2024 possuem prazo de vencimento entre 2025 e 2034.
- As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$ 50 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 31 de dezembro de 2024 possuem prazo de vencimento entre 2025 e 2034.
- Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 31 de dezembro de 2024, possuem prazo de vencimento entre 2025 e 2035 (31/12/2023 - com prazo de vencimento entre 2024 e 2035).

No Banco e no Consolidado, as linhas de financiamento à exportação e importação são recursos captados junto a instituições financeiras no exterior, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio, relativas a desconto de letras de exportação e pré-financiamento à exportação e importação, cujos vencimentos vão até o ano de 2026 (31/12/2023 - até o ano de 2030) e estão sujeitas a encargos financeiros, correspondentes à variação cambial acrescida de juros que variam de 0,09% a 0,91% a.a. (31/12/2023 - de 0,04% a.a. a 3,02% a.a.).

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm incidência de encargos financeiros correspondentes a TJLP, variação cambial da cesta de moedas do BNDES ou a variação cambial do Dólar americano, acrescidos de juros, de acordo com as políticas operacionais do Sistema BNDES.

b) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

Emissão	Vencimento até	Taxa de Juros (a.a.)	Banco		Consolidado	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
2018	2025	Até 6,4% + CDI	-	207.098	-	-
2019	2027	Até 9% + CDI	660.286	1.115.221	-	-
2020	2027	Até 9% + CDI	76.703	464.379	-	-
2021	2031	Até 9% + CDI	5.141.417	7.584.269	4.195.534	3.337.315
2022	2035	Até 9% + CDI	1.941.482	4.950.983	1.459.607	1.918.929
2023	2033	Até 9% + CDI	9.464.352	23.935.776	3.102.939	8.355.844
2024	2035	Até 9% + CDI	25.568.710	-	11.093.246	-
Total			42.852.950	38.257.726	19.851.326	13.612.088

c) Abertura de contas de resultado

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Depósitos a Prazo (1) (2)	41.511.815	31.989.743	36.290.976	27.331.083
Depósitos de Poupança	3.735.413	4.295.177	3.735.413	4.295.178
Depósitos Interfinanceiros	496.986	670.027	479.718	544.764
Captação no Mercado Aberto (2)	24.603.606	15.277.516	23.592.702	14.283.764
Atualização e Juros de Provisões de Previdência e de Capitalização	-	-	273.241	314.936
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (2)	45.880.407	19.254.941	46.681.789	20.034.911
Outras (3)	5.188.270	(1.615.769)	5.221.381	(1.740.691)
Total	121.416.497	69.871.635	116.275.220	65.063.945

- No Banco e no Consolidado, inclui o registro de juros no valor de R\$ 2.523.206 (2023 - R\$ 713.975), referente a emissão de Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II (Nota 17.b).
- Inclui despesa de variação cambial no valor de R\$ 42.216.182 no Banco e no Consolidado e efeitos contrários em variação cambial com TVM nota 6.a.V (2023 - R\$ 6.460.243).
- Em 31 de dezembro de 2024 refere-se principalmente a despesa de variação cambial no Banco e no Consolidado.

17. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

a. Composição

	Banco		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Carteira de Câmbio	131.126.583	63.753.620	131.126.583	63.753.620
Negociação e Intermediação de Valores	1.424.131	313.080	1.424.131	313.080
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	23.137.784	19.626.967	23.137.784	19.626.967
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	130.889	146.792	130.889	146.792
Relações Interdependências e Interfinanceiras	4.621.805	6.438.024	4.621.805	6.438.024
Total	160.441.192	90.278.483	160.441.192	90.278.483
Circulante	151.885.172	78.170.338	151.885.172	78.170.338
Não Circulante	8.556.020	12.108.145	8.556.020	12.108.145

	Banco		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Carteira de Câmbio	131.126.583	63.753.620	131.126.583	63.753.620
Negociação e Intermediação de Valores	5.508.963	2.785.941	5.508.963	2.785.941
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	23.341.534	19.626.967	23.341.534	19.626.967
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	162.045	178.846	162.045	178.846
Relações Interdependências e Interfinanceiras	4.621.805	6.438.025	4.621.805	6.438.025
Total	164.760.930	92.783.399	164.760.930	92.783.399
Circulante	143.258.163	78.162.872	143.258.163	78.162.872
Não Circulante	21.502.767	14.620.527	21.502.767	14.620.527

b. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão		Taxa de Juros (a.a.)		Total	
			(em milhões)	(em milhões)	Total	Total		
Nível I (1)	nov-18	(perpétuo)	US\$1.250	7,250%	-	6.116.218	-	-
Letras Financeiras - Nível II (2)	nov-21	nov-31	R\$5.300	CDI+2%	7.995.673	7.072.124	-	-
Letras Financeiras - Nível II (2)	dez-21	dez-31	R\$200	CDI+2%	301.468	266.847	-	-
Letras Financeiras - Nível II (2)	out-23	out-33	R\$6.000	CDI+1,6%	6.949.991	6.171.978	-	-
Letras Financeiras - Nível II (2) (4)	nov-24	nov-34	R\$200	CDI+1,15%	203.750	-	-	-
Letras Financeiras - Nível II (3)	set-24	(perpétuo)	R\$7.000	CDI+1,4%	7.890.652	-	-	-
Total					23.341.534	19.626.967		

- As emissões foram efetuadas através da Agência de Cayman e não há incidência de Imposto de Renda na Fonte, e possuem juros pagos semestralmente, a partir de 08 de maio de 2019.
 - Letras Financeiras emitidas em novembro 2021 a novembro 2024 possuem opção de resgate e recompra.
 - Letras Financeiras emitidas em setembro 2024 possuem opção de resgate e recompra, e possuem juros pagos semestralmente, a partir de 05 de março de 2025.
 - Letras Financeiras emitidas através do Banco RCI. No Banco Santander, desse modo, o total de instrumentos de dívidas elegíveis a capital é de R\$ 23.137.784.
- As Notes possuem as seguintes características comuns:
- Valor unitário de, no mínimo, US\$ 150 mil e em múltiplos integrais de US\$1 mil no que exceder tal valor mínimo;
 - As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander nos anos 5° (quinto) aniversário contado da data de emissão das Notes, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes, ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

18. OUTROS PASSIVOS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Provisão Técnica para Operações de Capitalização	52.172.654	44.790.626	52.172.676	45.143.460
Obrigações com Cartões de Crédito	2.824.081	2.326.237	3.032.613	2.521.560
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 19.b)	5.623.701	5.734.590	6.309.615	6.188.861
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 19.b)	2.609.381	3.051.424	2.968.667	3.291.702
Ações Trabalhistas	3.014.320	2.683.166	3.340.948	2.897.159
Ações Cíveis	605.207	550.374	605.207	550.374
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	1.347.111	2.508.983	1.364.437	2.543.504
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 27) (1)	4.223	5.376	4.223	5.376
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	1.977.507	1.807.154	2.611.016	2.338.857
Provisão para Pagamentos a Eletuar	267.205	260.989	716.105	623.225
Despesas de Pessoal	51.019	48.466	147.862	159.725
Despesas Administrativas	1.252.660	1.053.873	1.252.660	1.053.873
Outros Pagamentos	548.677	591.592	548.677	591.592
Cretores por Recursos a Liberar	902.658	802.212	886.377	1.304.360
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	515.056	523.514	575.628	585.339
Fornecedores	4.489.514	3.510.605	4.489.514	3.510.605
Sociais e Estatutárias	-	-	1.605.532	1.696.572
Obrigações com Operações TVM Exterior	17.121.739	10.137.747	20.740.116	13.989.982
Débitos com Operações de Seguros	89.703.012	74.652.338	101.423.540	87.189.388
Outras	16.821.944	12.525.591	27.368.487	23.902.138
Total	72.881.068	62.126.747	74.055.053	63.287.250
Circulante				
Não Circulante				

- O montante inclui os efeitos da obrigação constituída em função da transação firmada entre o Banco Santander, BANESPREV, AFABESP e assessores jurídicos em 27 de junho de 2024. Vide detalhes na nota 27, item a.
- Composto majoritariamente por variações cambiais referentes a Notes, saldos oriundos de programa de recompensa e outros compromissos por recursos a serem liquidados.

a) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

A classificação das operações de garantias prestadas para constituição de provisionamento é baseada na estimativa do risco envolvido. Decorre do processo de avaliação da qualidade dos clientes e operações, por modelo estatístico baseado em informações quantitativas e qualitativas ou por um analista de crédito especializado, que permite classificá-las em função de sua probabilidade de default, baseado em variáveis objetivas internas e de mercado (bureaus), previamente identificadas como preditivas da probabilidade de default. Após essa avaliação, as operações são classificadas de acordo com os ratings de provisionamento, tendo como referência a Resolução CMN nº 2.682/1999. Através desta análise, são registrados os valores de provisão para a cobertura de cada operação, considerando o tipo da garantia prestada, de acordo com o requerido na Resolução CMN nº 4.512/2016.

Tipo de Garantia Financeira	Banco/Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Garantias Prestadas	605.207	550.374
Provisão	605.207	550.374
Saldo Garantias Prestadas	605.207	550.374
Provisão	605.207	550.374

	Banco/Consolidado	
	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Saldo Inicial	550.374	413.437
Constituição	118.513	215.953
Reversão (1)	(63.680)	(79.016)
Saldo Final	605.207	550.374

- Corresponde a fianças honradas, mudança de rating ou provisão constituída na linha de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito.

19. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES, ATIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos Contingentes

No Banco e no Consolidado, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Banco		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 18)	2.824.081	2.326.237	3.032.613	2.521.560
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 18)	5.623.701	5.734.590	6.309.615	6.188.861
Ações Trabalhistas	2.609.381	3.051.424	2.968.667	3.291.702
Ações Cíveis	3.014.320	2.683.166	3.340.948	2.897.159
Total	8.447.782	8.060.827	9.342.228	8.710.421

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2024			01/01 a 31/12/2023		
	Fiscais (1)	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	2.326.237	3.051.424	2.683.166	4.141.393	1.532.949	2.724.425
Constituição Líquida de Reversão (2)	524.166	2.251.457	1.051.254	(1.839.160)	2.767.138	622.454
Atualização Monetária	138.323	108.733	227.380	146.335	55.322	232.733
Baixas por Pagamento	(164.645)	(2.802.233)	(947.480)	(122.331)	(1.303.985)	(896.446)
Saldo Final	2.624.081	2.609.381	3.014.320			

... continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Em Milhares de Ações					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	138.618	164.502	303.120	124.804	150.621	275.425
De Domiciliados no Exterior	3.680.077	3.515.334	7.195.411	3.693.891	3.529.215	7.223.106
Total	3.818.695	3.679.836	7.498.531	3.818.695	3.679.836	7.498.531
(-) Ações em Tesouraria	(19.452)	(19.452)	(38.903)	(27.193)	(27.193)	(54.386)
Total em Circulação	3.799.243	3.660.384	7.459.628	3.791.502	3.652.643	7.444.145

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio
Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

A seguir, apresentamos a distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio efetuadas em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

	Reais por Milhares de Ações/Units					
	31/12/2024			31/12/2023		
Em milhares de Reais	Bruto		Líquido	Bruto		Líquido
	Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1)(5)	1.500.000	191,84	221,02	412,86	163,06	179,37
Juros sobre o Capital Próprio (2)(5)	1.500.000	191,62	210,78	402,40	162,88	179,16
Juros sobre o Capital Próprio (3)(5)	1.500.000	191,67	210,83	402,50	162,92	179,21
Juros sobre o Capital Próprio (4)(5)	1.300.000	166,10	182,71	348,81	141,18	155,30
Dividendos Intercalares (4)(5)	200.000	25,55	28,11	53,66	25,55	28,11
Total	6.000.000					

- Deliberados pelo Conselho de Administração em 11 de janeiro de 2024, pagos no dia 08 de fevereiro de 2024, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de abril de 2024, pagos no dia 15 de maio de 2024, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de julho de 2024, pagos no dia 09 de agosto de 2024, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de outubro de 2024, pagos no dia 08 de novembro de 2024, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2024.

	Reais por Milhares de Ações/Units					
	31/12/2023			31/12/2022		
Em milhares de Reais	Bruto		Líquido	Bruto		Líquido
	Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1)(5)	1.700.000	217,92	239,71	457,63	185,23	203,75
Juros sobre o Capital Próprio (2)(5)	1.500.000	192,03	211,23	403,26	163,22	179,55
Juros sobre o Capital Próprio (3)(5)	1.500.000	192,07	211,28	403,35	163,26	179,58
Juros sobre o Capital Próprio (4)(5)	1.120.000	143,42	157,76	301,18	121,91	134,10
Dividendos (4)(5)	380.000	48,66	53,53	102,19	48,66	53,53
Total	6.200.000					

- Deliberados pelo Conselho de Administração em 19 de janeiro de 2023, pagos no dia 06 de março de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- Deliberados pelo Conselho de Administração em 13 de abril de 2023, pagos no dia 15 de maio de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- Deliberados pelo Conselho de Administração em 13 de julho de 2023, pagos no dia 16 de agosto de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de outubro de 2023, pagos no dia 10 de novembro de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2023

c) Reservas de Lucro
O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:
Reserva Legal
De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas de Capital
As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ações por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para Equalização de Dividendos
Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria
Em reunião realizada em 24 de janeiro de 2024, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao Programa de Recompra que expirou na mesma data, novo Programa de Recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 36.205.005 Units, representativas de 36.205.005 ações ordinárias e 36.205.005 ações preferenciais, que correspondiam, em 31 de dezembro de 2023, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 31 de dezembro de 2024, em circulação, o Banco Santander possuía 356.245.448 ações ordinárias e 384.049.858 ações preferenciais.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 06 de fevereiro de 2024, encerrando-se em 06 de agosto de 2025.

	Banco/Consolidado	
	Em Milhares de Ações	Quantidade
	31/12/2024	31/12/2023
	Units	Units
Ações em Tesouraria no Início do Período	27.193	31.161
Aquisições de Ações	2.770	1.272
Alienções - Remuneração Baseado em Ações	(10.511)	(5.240)
Ações em Tesouraria no Final do Período	19.452	27.193
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 882.936	1.105.012
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$ 1.771	1.771
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 884.707	1.106.783
Custo/Cotação da Ação	Units	Units
Custo Mínimo (*)	R\$ 7,55	7,55
Custo Médio Ponderado (*)	R\$ 27,46	27,62
Custo Máximo (*)	R\$ 49,55	49,55
Cotação da Ação	R\$ 24,93	31,00

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

e) Participação dos Acionistas Minoritários

	Patrimônio Líquido		Resultado	
	31/12/2024	31/12/2023	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Banco RCI Brasil S.A.	916.703	765.526	144.165	99.796
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	322.607	263.562	59.281	45.233
Banco PSA	-	-	-	10.457
Rojo Entretenimento S.A.	11.227	8.165	978	697
Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A. (Nova denominação de Gira, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.)	-	(9.379)	(6.287)	(6.774)
Toro Corretora de Títulos e de Valores Mobiliários Ltda.	-	112.008	-	(3.212)
Toro Investimentos S.A.	-	18.764	-	360
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.	-	25	416	(1.785)
Apé11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A.	(4.382)	-	2.017	(1.278)
Fit Economia de Energia S.A.	3.784	-	(1.070)	-
América Gestão Serviços em Energia S.A.	-	-	-	-
Total	1.249.939	1.160.688	190.211	143.494

21. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Para o exercício de janeiro a dezembro de 2024, o montante proposto pela administração como remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) é de até R\$500.000.000 (quinhentos milhões de reais), abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 26 de abril de 2024.

a.1) Ações de Longo Prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente com outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

a.2) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva e refere-se ao montante reconhecido como despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, pelo Banco Santander e suas controladas aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander.

Os montantes relativos à Remuneração Variável e Baseada em Ações serão pagos nos períodos subsequentes.

	01/01 a 31/12/2024		01/01 a 31/12/2023	
	31/12/2024	31/12/2023	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Remuneração Fixa	129.128	134.433	110.481	126.802
Remuneração variável - Em espécie	94.787	91.306	110.000	91.306
Remuneração variável - Em ações	111.000	79.229	111.000	79.229
Total Benefícios de Curto Prazo	445.396	431.770	445.396	431.770
Remuneração variável - Em espécie	113.766	99.506	113.766	99.506
Remuneração variável - Em ações	102.388	96.361	102.388	96.361
Total Benefícios de Longo Prazo	216.154	195.867	216.154	195.867
Total	661.550	627.637	661.550	627.637

Adicionalmente, em 2024 foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$ 43.592 (31/12/2023 - R\$ 41.603).

b) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos serão descontinuados.

c) Operações de Crédito

O Banco e suas controladas poderão efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange aos artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/2018, o artigo 34 da "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Banco Santander, publicada no site de Relações com Investidores, ou seja, efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade, sendo consideradas partes relacionadas:

- seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possui participação societária qualificada;
- pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possui controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

d) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

	Em Milhares de Ações					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais (%)	Ações Preferenciais	Ações Ordinárias (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Acionistas						
Sterrebeek B.V. (1)	1.809.583	47,4 %	1.733.644	47,1 %	3.543.227	47,3 %
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6 %	1.539.863	41,9 %	3.167.755	42,2 %
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1 %	-	0,0 %	2.696	0,0 %
Administradores (*)	2.828	0,1 %	2.828	0,1 %	5.655	0,1 %
Outros	356.245	9,3 %	384.050	10,4 %	740.295	9,9 %
Total em Circulação	3.799.243	99,5 %	3.660.385	99,5 %	7.459.628	99,5 %
Ações em Tesouraria	19.452	0,5 %	19.452	0,5 %	38.903	0,5 %
Total	3.818.695	100,0 %	3.679.837	100,0 %	7.498.531	100,0 %
*Free Float" (2)	356.245	9,3 %	384.050	10,4 %	740.295	9,9 %

	Em Milhares de Ações					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais (%)	Total Ações (%)
Acionistas						
Sterrebeek B.V. (1)	47,4 %	47,1 %	3.543.227	47,4 %	3.543.227	47,3 %
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	42,6 %	41,9 %	3.167.754	42,6 %	3.167.754	42,2 %
Banco Santander, S.A. (1)	0,1 %	-	2.696	0,1 %	-	2.696
Administradores (*)	0,1 %	0,1 %	5.655	0,1 %	5.655	0,1 %
Outros	9,1 %	10,2 %	724.100	9,1 %	724.100	9,7 %
Total em Circulação	99,3 %	99,3 %	7.444.145	99,3 %	7.444.145	99,3 %
Ações em Tesouraria	0,7 %	0,7 %	54.386	0,7 %	54.386	0,7 %
Total	100,0 %	100,0 %	7.498.531	100,0 %	7.498.531	100,0 %
*Free Float" (2)	9,1 %	10,2 %	724.100	9,1 %	724.100	9,7 %

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

e) Transações com Partes Relacionadas

O Banco Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A Política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

	Coligadas e de controle compartilhado (2)			Pessoal chave da Administração (3)			Total
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	
Ativo	18.181.287	18.882.619	134.647.488	93.043.683	58.443	36.079	152.887.218
Disponibilidades	952.846	1.406.316	385.458	73.688	-	-	1.338.304
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	16.099.980	12.295.379	69.628.721	57.817.876	-	-	85.728.701
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	7.238.359	1.683.339	-	-	7.238.359
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	(334.724)	4.426.944	982.645	(117.246)	-	-	647.921
Relações Interfinanceiras	-	-	25.546.853	22.628.266	-	-	25.546.853
Operações de Crédito (4)	-	-	1.387.754	321.727	35.972	22.729	1.423.726
Negociação e Intermediação de Valores	1.461.688	391.436	115.444	84.857	-	-	1.577.132
Rendas a Receber	-	-	1.967.557	1.386.170	-	-	1.967.557
Outros Ativos - Diversos (5)	1						

... continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Ex-Empregados do Banespa

A ação coletiva ajuizada pela AFABESP (associação de aposentados e ex-funcionários do Banespa), pleiteando o pagamento de bônus semestral previsto no antigo estatuto social do BANESPA, teve uma decisão final desfavorável ao Banco Santander. Com isso, cada beneficiário da decisão pode ingressar com uma ação individual para receber o valor devido.

Como os acordãos adotaram posicionamentos distintos para cada caso, foi instaurado perante o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) um procedimento denominado Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) com o objetivo de estabelecer critérios objetivos a respeito das teses defendidas pelo Banco, principalmente o prazo prescricional e limitações de pagamentos até dezembro de 2006 (referente à constituição do Plano V). No dia 11 de março de 2024, o incidente de IRDR foi admitido para futuro julgamento e foi determinada a suspensão de todos os processos que estejam em segunda instância (TRT) e ajuizados em São Paulo (Capital) e demais cidades que integram a jurisdição do TRT de São Paulo.

Por fim, devido à divergência de interpretação do prazo prescricional trabalhista previsto na Constituição Federal, também foi ajuizada Ação de Alegação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), para que o Supremo Tribunal Federal (STF) resolva a questão e indique o prazo correto a ser utilizado nos casos individuais ajuizados.

Em 27 de junho de 2024, foi firmada uma transação entre o Banco Santander, BANESPREV, AFABESP e assessores jurídicos estabelecendo critérios e condições para liquidação das ações individuais. Até 23 de agosto de 2024 (conclusão do prazo de adesão), aproximadamente 90% dos beneficiários elegíveis formalizaram suas adesões à referida transação, que, posteriormente, foram homologadas por decisão judicial, sendo que os respectivos processos judiciais individuais serão extintos. O Banco Santander registrou obrigação referente aos valores efetivamente devidos para o pagamento da transação. Os valores devidos referente às parcelas liquidadas até a presente data, equivalente a R\$ 2.187 milhões, foram aportados pelo Banco Santander nos respectivos planos administrados pelo Banesprev, responsável pela administração dos planos de previdência complementar e pelo pagamento da transação aos respectivos beneficiários. As parcelas remanescentes serão aportadas ao Banesprev até maio de 2026 (nota 18), atualizadas de acordo com o critério e com o índice de reajuste dos benefícios previstos no regulamento dos planos aos quais cada titular esteja vinculado.

Os demais processos individuais, cujos beneficiários não aderiram à referida transação, estão pendentes de decisão final a respeito das questões jurídicas controversas, as quais serão dirimidas quando do julgamento do IRDR e da ADPF.

Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Entidade fechada de previdência complementar que administrava três planos de benefícios, dois na modalidade de Benefício Definido e um na modalidade de Contribuição Variável, cujo processo de transferência de gerenciamento destes planos para a Banesprev ocorreu em janeiro de 2017. Conforme Portaria 389 da PREVIC, de 8 de maio de 2018, foi aprovado o encerramento da autorização de funcionamento da Sanprev.

Bandeprev - Banded Previdência Social (Bandeprev)

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandepe S.A. e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Os planos estão fechados a novas adesões desde 1999 para os funcionários do Banco Bandepe S.A. e para os demais desde o ano de 2011.

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente.

O Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é estruturado na modalidade de Contribuição Definida e fechado para novas adesões desde julho de 2018 conforme aprovação pela PREVIC, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores apropriados pelas patrocinadoras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$55.289 (31/12/2023 - R\$ 49.739) no Banco e R\$ 62.076 (31/12/2023 - R\$ 55.452) no Consolidado.

Possui 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

SBP-REV - Santander Brasil Previdência Aberta: a partir de 02 de janeiro de 2018, o Santander passou a oferecer este novo programa de previdência complementar opcional para os novos funcionários contratados e para os funcionários que não estiverem inscritos em qualquer outro plano previdenciário administrado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar do Conglomerado Santander Brasil. Este novo programa contempla as modalidades PGBL- Plano Gerador de Benefícios Livres e VGBL-Vida Gerador de Benefícios Livres administrados pela Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Entidade Aberta de Previdência Complementar, abertos para novas adesões, sendo suas contribuições partilhadas entre as empresas instituidoras/estipulantes-averbadoras e os participantes dos planos. Os valores apropriados pelas patrocinadoras no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$ 32.505 (31/12/2023 - R\$ 28.389) no Banco e R\$ 33.839 (31/12/2023 - R\$ 29.348) no Consolidado.

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	31/12/2024			31/12/2023		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos						
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(21.280.639)	(3.925)	(1.315.231)	(24.263.723)	(4.217)	(1.518.674)
Valor Justo dos Ativos do Plano	23.481.670	3.518	2.026.025	24.311.272	3.539	2.345.042
	2.201.031	(407)	710.794	47.549	(678)	826.368
Sendo:						
Superávit	2.990.012	-	710.794	1.913.863	-	826.368
Déficit	(788.980)	(407)	-	(1.866.314)	(678)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	2.724.305	-	700.788	1.650.318	-	817.476
Ativo Atuarial Líquido (Nota 11)	265.708	-	10.006	263.545	-	8.892
Passivo Atuarial Líquido (Nota 18)	(788.980)	(407)	-	(1.866.314)	(678)	-
Contribuições Efetuadas	2.386.428	-	33	210.393	-	-
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(154.091)	(62)	674	(106.706)	(71)	694
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(4.642.228)	459	8.920	(3.786.700)	125	8.513
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	1.307.116	635	(151.615)	1.731.233	629	449.963

	31/12/2024			31/12/2023		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos						
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(21.672.293)	(3.925)	(1.315.231)	(24.718.659)	(4.217)	(1.518.674)
Valor Justo dos Ativos do Plano	24.123.457	3.518	2.026.025	24.979.781	3.539	2.345.042
	2.451.164	(407)	710.794	261.122	(678)	826.368
Sendo:						
Superávit	3.246.998	-	710.794	2.161.957	-	826.368
Déficit	(806.306)	(407)	-	(1.900.835)	(678)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	2.915.991	-	700.788	1.832.030	-	817.476
Ativo Atuarial Líquido (Nota 11)	331.007	-	10.006	329.827	-	8.893
Passivo Atuarial Líquido (Nota 18)	(806.306)	(407)	-	(1.900.835)	(678)	-
Contribuições Efetuadas	2.386.428	-	33	210.393	-	-
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(158.666)	(62)	674	(109.661)	(71)	694
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(4.713.516)	459	8.920	(3.826.567)	125	8.513
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	1.302.867	635	(151.615)	1.810.325	629	449.963

	31/12/2024			31/12/2023		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos						
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(21.672.293)	(3.925)	(1.315.231)	(24.718.659)	(4.217)	(1.518.674)
Valor Justo dos Ativos do Plano	24.123.457	3.518	2.026.025	24.979.781	3.539	2.345.042
	2.451.164	(407)	710.794	261.122	(678)	826.368
Sendo:						
Superávit	3.246.998	-	710.794	2.161.957	-	826.368
Déficit	(806.306)	(407)	-	(1.900.835)	(678)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	2.915.991	-	700.788	1.832.030	-	817.476
Ativo Atuarial Líquido (Nota 11)	331.007	-	10.006	329.827	-	8.893
Passivo Atuarial Líquido (Nota 18)	(806.306)	(407)	-	(1.900.835)	(678)	-
Contribuições Efetuadas	2.386.428	-	33	210.393	-	-
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(158.666)	(62)	674	(109.661)	(71)	694
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(4.713.516)	459	8.920	(3.826.567)	125	8.513
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	1.302.867	635	(151.615)	1.810.325	629	449.963

	31/12/2024			31/12/2023		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos						
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(21.672.293)	(3.925)	(1.315.231)	(24.718.659)	(4.217)	(1.518.674)
Valor Justo dos Ativos do Plano	24.123.457	3.518	2.026.025	24.979.781	3.539	2.345.042
	2.451.164	(407)	710.794	261.122	(678)	826.368
Sendo:						
Superávit	3.246.998	-	710.794	2.161.957	-	826.368
Déficit	(806.306)	(407)	-	(1.900.835)	(678)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	2.915.991	-	700.788	1.832.030	-	817.476
Ativo Atuarial Líquido (Nota 11)	331.007	-	10.006	329.827	-	8.893
Passivo Atuarial Líquido (Nota 18)	(806.306)	(407)	-	(1.900.835)	(678)	-
Contribuições Efetuadas	2.386.428	-	33	210.393	-	-
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(158.666)	(62)	674	(109.661)	(71)	694
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(4.713.516)	459	8.920	(3.826.567)	125	8.513
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	1.302.867	635	(151.615)	1.810.325	629	449.963

	31/12/2024			31/12/2023		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos						
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(21.672.293)	(3.925)	(1.315.231)	(24.718.659)	(4.217)	(1.518.674)
Valor Justo dos Ativos do Plano	24.123.457	3.518	2.026.025	24.979.781	3.539	2.345.042
	2.451.164	(407)	710.794	261.122	(678)	826.368
Sendo:						
Superávit	3.246.998	-	710.794	2.161.957	-	826.368
Déficit	(806.306)	(407)	-	(1.900.835)	(678)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	2.915.991	-	700.788	1.832.030	-	817.476
Ativo Atuarial Líquido (Nota 11)	331.007	-	10.006	329.827	-	8.893
Passivo Atuarial Líquido (Nota 18)	(806.306)	(407)	-	(1.900.835)	(678)	-
Contribuições Efetuadas	2.386.428	-	33	210.393	-	-
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(158.666)	(62)	674	(109.661)	(71)	694
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(4.713.516)	459	8.920	(3.826.567)	125	8.513
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	1.302.867	635	(151.615)	1.810.325	629	449.963

	31/12/2024			31/12/2023		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos						
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(21.672.293)	(3.925)	(1.315.231)	(24.718.659)	(4.217)	(1.518.674)
Valor Justo dos Ativos do Plano	24.123.457	3.518	2.026.025	24.979.781	3.539	2.345.042
	2.451.164	(407)	710.794	261.122	(678)	826.368
Sendo:						
Superávit	3.246.998	-	710.794	2.161.957	-	826.368
Déficit	(806.306)	(407)	-	(1.900.835)	(678)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	2.915.991	-	700.788	1.832.030	-	817.476
Ativo Atuarial Líquido (Nota 11)	331.007	-	10.006	329.827	-	8.893
Passivo Atuarial Líquido (Nota 18)	(806.306)	(407)	-	(1.900.835)	(678)	-
Contribuições Efetuadas	2.386.428	-	33	210.393	-	-
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(158.666)	(62)	674	(109.661)	(71)	694
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(4.713.516)	459	8.920	(3.826.567)	125	8.513
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	1.302.867	635	(151.615)	1.810.325	629	449.963

	31/12/2024			31/12/2023		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos						
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(21.672.293)	(3.925)	(1.315.231)	(24.718.659)	(4.217)	(1.518.674)
Valor Justo dos Ativos do Plano	24.123.457	3.518	2.026.025	24.979.781	3.539	2.345.042
	2.451.164	(407)	710.794	261.122	(678)	826.368
Sendo:						
Superávit	3.246.998	-	710.794	2.161.957	-	826.368
Déficit	(806.306)	(407)	-	(1.900.835)	(678)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	2.915.991	-	700.788	1.832.030	-	817.476
Ativo Atuarial Líquido (Nota 11)	331.007	-	10.006	329.827	-	8.893
Passivo Atuarial Líquido (Nota 18)	(806.306)	(407)	-	(1.900.835)	(678)	-
Contribuições Efetuadas	2.386.428	-	33	210.393	-	-
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(158.666)	(62)	674	(109.661)	(71)	694
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(4.713.516)	459	8.920	(3.826.567)	125	8.513
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	1.302.867	635	(151.615)	1.810.325	629	449.963

	31/12/2024			31/12/2023		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos						
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(21.672.293)	(3.925)	(1.315.231)	(24.718.659)	(4.217)	(1.518.674)
Valor Justo dos Ativos do Plano	24.123.457	3.518	2.026.025	24.979.781	3.539	2.345.042
	2.451.164	(407)	710.794	261.122	(678)	

... continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

A. Risco de Crédito

A Gestão de Risco de Crédito consiste no acompanhamento e avaliação proativa dos indicadores da carteira e das novas operações de crédito, com vistas a garantir o crescimento sustentável e a qualidade da carteira do Banco Santander. Levando em consideração o cenário econômico, constantemente são elaboradas projeções de rentabilidade e inadimplência, a serem consideradas na redefinição das políticas de crédito, que afetam tanto a avaliação de crédito para um determinado cliente quanto para determinado perfil de clientes com características similares. Essa avaliação de crédito deve observar e obedecer ao controle de Appetite de Riscos que é determinado pelo Banco Santander. Outro aspecto importante é a gestão preventiva de crédito. Essa gestão tem um papel fundamental na manutenção da qualidade da carteira do Banco Santander. O acompanhamento constante da base de clientes faz parte da rotina diária das áreas comerciais, sempre contando com o apoio das áreas centrais.

O acompanhamento da carteira e dos clientes é realizado de forma tempestiva, a fim de mitigar eventos e impactos de liquidez das empresas com o monitoramento do incremento de riscos nos portfólios.

Para medição da qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação, o Banco Santander utiliza modelos próprios de score/rating internos, contando com a área de Metodologia e Validação independentes.

Na reestruturação e recuperação de crédito, o Banco utiliza equipes de cobrança específicas, podendo ser:

- Equipes internas especializadas, com atuação direta junto aos clientes inadimplentes, com maiores faixas de atraso e com valores expressivos; e
- Parceiros externos especializados em cobrar, notificar e ajuizar clientes de acordo com os critérios internos.

A venda de carteira de créditos inadimplentes é parte da estratégia de recuperação, podendo manter relacionamento e meios transacionais com os clientes cedidos.

Além disso, constitui Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito de acordo com a legislação vigente do Bacen e Conselho Monetário Nacional (Nota 7.e).

Assim, em consonância às resoluções emitidas pelos reguladores locais, foram considerados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 os critérios temporários que tratam das medidas adotadas para a caracterização das reestruturações e para a mensuração da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, diante dos impactos dos eventos climáticos no Rio Grande do Sul. Ressalta-se que até a data da divulgação destas demonstrações, não foram identificados impactos significativos nesta carteira. Continuaremos a monitorá-la e a implementar medidas de mitigação de riscos, tempestivamente quando necessário.

B. Risco de Mercado

O Risco de Mercado pode ser resumido como a possibilidade de perda de uma instituição resultante da flutuação do preço de mercado em relação ao seu posicionamento em operações sujeitas às exposições em taxas de juros, índices, preços de ações, câmbio, commodities, spreads de crédito, etc. A Gestão do Risco de Mercado do Banco Santander é aderente à Resolução CMN 4.557/2017 e estabelece a estrutura de gestão deste risco proporcionando visibilidade para tomadas de decisões executivas, diálogo e transparência do posicionamento, apetite ao risco da instituição e monitoramento constante do perfil de risco.

A identificação, mensuração e acompanhamento de posições são realizados e divulgados por áreas independentes das unidades de negócio e seguem limites estabelecidos de acordo com as políticas e governança formal da Gestão Integrada de Riscos. O apetite ao Risco de Mercado da instituição é aprovado em atos níveis executivos e são definidos baseados em estudos criteriosos que levam em consideração o risco das estratégias das carteiras, sensibilidade oriunda das operações de mercado, "gaps" de liquidez e outros fatores que possam afetar as carteiras do Banco Santander.

C. Risco Operacional e Controles Internos

A área de Risco Operacional & Controles Internos tem como missão perante o Banco Santander: corroborar para o cumprimento dos objetivos estratégicos e o processo decisório, na adequação e atendimento aos requerimentos obrigatórios, na manutenção da solidez, confiabilidade, redução e mitigação das perdas por riscos operacionais, além da implementação, disseminação da cultura de Riscos Operacionais e Controles Internos.

O modelo de gestão de riscos operacionais do Santander está fundamentado nas melhores práticas e tem como premissa avaliar, monitorar, controlar e implementar melhorias para reduzir a exposição aos riscos, alinhado ao apetite de risco aprovado pelo Conselho de Administração, além de adotar definições do Comitê da Basileia e Banco Central do Brasil para riscos operacionais. O modelo de governança do Banco é baseado nas três linhas de governança e dispõe de pessoas, estruturas, políticas, metodologias e ferramentas para respaldar na adequada gestão do risco operacional.

O Modelo de Controles Internos é baseado na metodologia desenvolvida pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), cobrindo os componentes estratégicos, operacionais, de divulgação financeira e de Compliance, cumprindo com os requerimentos dos reguladores BACEN, CVM, B3, CUISEP e NYSE - SOX (Securities and Exchange Commission).

D. Os negócios do Banco são altamente dependentes do correto funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação

Os negócios do Banco dependem em grande parte da habilidade dos sistemas de tecnologia da informação de processar de maneira correta muitas transações de forma eficiente e precisa, e da capacidade do Banco em confiar nas tecnologias digitais, serviços de computação e mensageria, softwares e redes, bem como no processamento, armazenamento e transmissão seguras de informações confidenciais e outras informações nos sistemas de computador e de rede. O funcionamento adequado do controle financeiro, gestão de risco, contabilidade, serviços ao cliente e outros sistemas de processamento de dados do Banco é essencial para as atividades e sua habilidade de concorrer efetivamente.

E. Compliance e Gestão de Risco Reputacional

O gerenciamento de risco de Compliance visa supervisionar a adesão às normativas e regulamentações aplicáveis ao Grupo Santander Brasil, assim como, proteção da imagem da instituição, conformidade regulatória e princípios de boa conduta e valores, em benefício de funcionários, clientes, acionistas e à comunidade em geral.

F. Área de Prevenção à Crimes Financeiros

Como responsável pela definição, implementação, aconselhamento e supervisão do programa de Prevenção à Crimes Financeiros para o Banco Santander Brasil de acordo com os requerimentos do Grupo Santander Brasil e das regulamentações brasileiras aplicáveis ao tema. Tem como principais pilares os processos de: Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa (PLD/CFTF), Programa Antissuborno e Corrupção e Programa de Sanções Internacionais. Além disso, assegura o gerenciamento dos riscos de crimes financeiros aos quais o Banco Santander está exposto de acordo com o apetite de risco definido pelo Grupo Santander, promovendo uma robusta cultura de risco por toda a organização.

G. Risco Socioambiental

A fim de promover um cenário mais controlado e seguro para nossas operações e ainda fomentar o desenvolvimento de negócios onde há adoção de práticas sustentáveis, o Banco Santander realiza a gestão permanente dos riscos que envolvem nossas atividades e que possam trazer impactos à organização, acionistas, clientes, sociedade e meio ambiente.

Neste sentido, o Banco Santander dispõe da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), que estabelece diretrizes e consolida políticas específicas para as práticas sociais, ambientais e climáticas nos negócios e no relacionamento com as partes interessadas. Essas práticas incluem a análise dos riscos social, ambiental e climático, que é orientado pela Política de Risco Social, Ambiental e Climático (PORSAC), para concessão de crédito dos clientes Atacado e do segmento Empresas 3 do Varejo (um dos segmentos de Pessoa Jurídica do Banco), que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$7 milhões. Estes clientes, tanto do Atacado quanto do Varejo, são enquadrados em 14 setores de atenção, segregados em dois níveis de risco: subsetores de médio e alto risco. Esta análise também abrange operações do agro (incluindo clientes pessoa física), crédito imobiliário, projetos, garantias, aceitação e manutenção de clientes e fusões e aquisições. A análise de Risco Socioambiental e Climático tem como objetivo subsidiar e mitigar as questões de risco operacional, risco de capital, risco de crédito e risco reputacional, sempre com uma visão de riscos integrados.

Desde 2009, o Santander é signatário dos Princípios do Equador, sendo estes um conjunto de diretrizes empregado na análise dos riscos socioambientais e climáticos no financiamento de grandes projetos de infraestrutura e energia. Aplica-se o mesmo conjunto de critérios socioambientais nos projetos que não são enquadrados nestes princípios. A estrutura de gestão mencionada está alinhada ao atendimento das Resoluções CMN nº 4.943/2021 e nº 4.945/2021, determinando que as organizações tenham um olhar mais apurado no gerenciamento dos riscos associados a questões sociais, ambientais e climáticas, além de uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e Política de Risco Social, Ambiental e Climático (PORSAC).

H. Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para uma gestão efetiva de capital, o Santander adota uma governança robusta que suporta todos os processos relacionados ao tema visando:

- Definir de forma clara e coerente as funções de cada equipe envolvida na gestão do capital;
- Garantir que os limites das métricas de capital estabelecidas na gestão, no apetite ao risco e no RPA (Risk Profile Assessment) sejam cumpridos;
- Garantir que as ações referentes à estratégia do Banco levem em consideração os impactos gerados na alocação de capital;
- Garantir que a Administração participe ativamente da gestão e seja informada com regularidade sobre o comportamento das métricas de capital.

No Banco Santander, há uma Vice-Presidência Executiva responsável pelo gerenciamento de capital nomeada pelo Conselho de Administração, além disso, existem políticas institucionais de capital, que atuam como diretrizes para a gestão, controle e reporte de capital (cumprindo assim com todos os requerimentos definidos na Resolução CMN nº 4.557/2017).

Para maiores informações, vide publicação "Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital - Resolução nº 4.557/ BACEN" na página <https://www.santander.com.br/ri/gerenciamento-de-risco>.

I. Limites Operacionais

O Bacen determina às instituições financeiras a manutenção de um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021 a exigência de PR está em 11,50%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistêmico. O PR Nível I é de 9,50% e o Capital Principal Mínimo de 8,00%. Em continuidade com a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.955/2021, a apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021, como demonstrado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio de Referência Nível I	85.562,9	81.259,1
Capital Principal	77.547,6	75.042,8
Capital Complementar (Nota 16.b)	8.015,3	6.216,3
Patrimônio de Referência Nível II (Nota 16.b)	15.488,4	13.644,2
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	101.051,2	94.903,3
Risco de Crédito (1)	603.286,5	560.780,9
Risco de Mercado (2)	43.523,7	33.002,7
Risco Operacional	60.643,3	60.491,1
Total de RWA (3)	707.453,5	654.274,7
Índice de Basileia Nível I	12,09	12,43
Índice de Basileia Capital Principal	10,96	11,48
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	14,28	14,51

(1) As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Resolução BCB 229, de 12 de maio de 2022.

(2) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas às variações de taxas de juros (RWAJur1), dos coupons de moeda estrangeira (RWAJur2), índices de preços (RWAJur3), e dos coupons de taxa de juros (RWAJur4), do preço de mercadorias commodities (RWACom), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs), parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas à variação cambial (RWAcam), e ajuste para derivativos decorrentes de variação da qualidade creditícia da contraparte (RWAacv).

(3) Risk Weighted Assets ou ativo ponderado pelo risco.

O Banco Santander divulga o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, descrição sucinta do Plano de Recuperação, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da Resolução CMN nº 4.957/2021. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação (Trading Book) e carteira bancária (Banking Book), conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de mercado e gestão de capital do Banco Central do Brasil. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais hedges. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e bancária.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Resolução CVM nº 2/2020, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira banking, para cada um dos cenários das carteiras do dia 31 de dezembro de 2024.

Fatores de Risco	Consolidado		
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas (7.496)	(261.418)	(522.835)
Cupom de taxa de juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros (111)	(1.638)	(3.276)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de cupons de índices de preços (6.884)	(19.405)	(38.809)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Cupom de dólar (4.078)	(8.472)	(16.944)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à variação das Taxas dos cupons de moedas estrangeiras (431)	(2.553)	(5.107)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial (209)	(5.222)	(10.443)
	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de juros de papéis negociando no mercado internacional (10.988)	(112.284)	(224.568)
Ações e índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações (265)	(6.613)	(13.226)
Commodities	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Mercadorias (Commodities) (37)	(920)	(1.841)
Total (1)	(32.499)	(426.525)	(854.049)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: Choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas);
Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.
Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas.

Carteira Banking

Fatores de Risco	Consolidado		
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposição sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré-Fixadas (87.026)	(3.509.633)	(7.039.799)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP (36.810)	(1.312.615)	(2.653.906)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Cupons de Índices de Preços (19.327)	(328.089)	(617.049)

Cupom de Dólar	Consolidado		
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(6.453)	(225.401)	(415.722)
Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(567)	(6.601)	(13.150)

Cupom de Outras Moedas	Consolidado		
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Exposições sujeitas à Variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	(37.222)	(663.043)	(1.404.832)
Moeda Estrangeira	Exposição sujeitas à Variação Cambial 893	22.318	44.637
Total (1)	(186.512)	(6.023.064)	(11.799.821)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas);
Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.
Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

29. REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram implementadas diversas movimentações societárias com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

a) Incorporação da Return Capital S.A. pela Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A.

Em 30 de setembro de 2024 foi realizada a incorporação total da Return Capital S.A. ("Return Capital") pela Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A. (nova denominação de Gira, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.). A incorporação resultou em um aumento no capital social da Return Participações, no valor de R\$ 8.540.942.366,72 (oitos bilhões, quinhentos e quarenta milhões, novecentos e quarenta e dois mil, trezentos e sessenta e seis reais e setenta e dois centavos), mediante a emissão de 439.224.359 (quatrocentos e trinta e nove milhões, duzentas e vinte e quatro mil, trezentas e cinquenta e nove) novas ações ordinárias. Como efeito da incorporação ocorreu a extinção da Return Capital, de pleno direito, sendo essa sucedida pela Return Participações em todos os seus direitos e obrigações.

b) Incorporação da Mobills Labs Soluções Em Tecnologia Ltda. pela Toro Investimentos S.A.

Em 30 de junho de 2024, a Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda. ("Mobills Labs") foi incorporada totalmente tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos"), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Mobills Labs não implicou um aumento de capital social da Toro Investimentos, uma vez que a totalidade das quotas de emissão da Mobills Labs era detida pela Toro Investimentos e, portanto, já refletida em conta de investimento por equivalência.

c) Incorporação da Apé11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. pela Santander Holding Imobiliária S.A.

Em 28 de junho de 2024, a Apé11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. ("Apé11") foi incorporada totalmente, tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI"), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Apé11 não implicou em um aumento de capital social da SHI, uma vez que a totalidade das ações de emissão da Apé11 eram detidas pela SHI e, portanto, já estavam refletidas em sua conta de investimento por equivalência.

Em 22 de dezembro de 2023, a Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI"), subsidiária integral do Banco Santander (Brasil) S.A., celebrou, junto aos sócios da Apé11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. ("Apé11"), determinado Contrato de Compra e Venda de Ações para adquirir os 10% remanescentes do capital social da Apé11 ("Operação"). Como resultado da Operação, a SHI passou a deter 100% do capital social da Apé11.

d) Joint-Venture entre Banco Santander (Brasil) S.A. e Pluxee International e Pluxee Pay Brasil Ltda.

Em 27 de junho de 2024, após a conclusão das condições precedentes da operação anunciada em 24 de julho de 2023, o Banco Santander (Brasil) S.A. concluiu a constituição de uma Joint Venture com o Grupo Pluxee (anteriormente denominado Sodexo).

O racional econômico da operação está fundamentado essencialmente: (i) nas sinergias decorrentes da combinação dos negócios da Pluxee Instituição de Pagamento Brasil S.A. (atual denominação da "Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamentos S.A.") com o Grupo Pluxee no Brasil e (ii) na capacidade da empresa de explorar a base de clientes do Santander para a oferta dos seus produtos e serviços (i.e. na capilaridade do balcão do Santander).

Para a formação da Joint Venture, o Banco Santander aportou o valor equivalente a R\$ 2.044 milhões atribuído: (i) ao seu investimento na sua controladora de benefícios, a Pluxee Instituição de Pagamento Brasil S.A. (atual denominação da "Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamentos S.A."); (ii) a uma parcela de recursos em dinheiro; (iii) ao contrato de exclusividade para exploração de sua base de clientes.

Como resultado da operação, o Banco Santander e o Grupo Pluxee, passaram a deter 20% e 80% de participação, respectivamente, no capital social da Pluxee Benefícios Brasil S.A. ("Pluxee"), veiculado de investimento da Joint-Venture.

e) Incorporação da Mobills Corretora de Seguros Ltda. pela Toro Asset Management S.A.

Em 31 de maio de 2024, a Mobills Corretora de Seguros Ltda. ("Mobills Corretora") foi incorporada totalmente tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Toro Asset Management S.A. ("Toro Asset"), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Mobills Corretora não implicou um aumento de capital social da Toro Asset, uma vez que a totalidade das quotas de emissão da Mobills Corretora era detida pela Toro Asset e, portanto, já refletida em conta de investimento por equivalência.

f) Aquisição da parcela remanescente da Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A. (nova denominação de Gira, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.) pela Return Capital S.A.

Em 17 de maio de 2024, a Return Capital S.A. ("Return"), subsidiária integral do Banco Santander (Brasil) S.A., celebrou, junto aos sócios minoritários da Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A. (nova denominação de Gira, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.) ("Gira"), determinado Contrato de Compra e Venda de Ações para adquirir os 20% do capital social da Gira detidos pelos minoritários ("Operação"). Como resultado da Operação, o Banco Santander (Brasil) S.A. passou a deter, indiretamente, 100% do capital social da Gira.

g) Aquisição de participação e Investimento na América Gestão Serviços em Energia S.A.

Em 12 de março de 2024, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora") formalizou, em conjunto com os acionistas da América Gestão Serviços em Energia S.A. ("América Energia"), Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com vistas a aquisição de 70% do capital social líquido e votante da América Energia ("Operação"). A conclusão da Operação estava sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas sociais em transações similares, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes. Em 04 de julho de 2024, com a conclusão da Operação, a Santander Corretora passou a deter 70% da participação acionária da América Energia.

h) Aquisição de participação e Investimento na Fit Economia de Energia S.A.

Em 06 de março de 2024, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. concluiu, diante do cumprimento das condições precedentes aplicáveis, a operação para aquisição e investimento na Fit Economia de Energia S.A. ("Companhia"), de forma que passou a deter 65% do capital social da Companhia ("Operação").

i) Aquisição da totalidade da participação acionária na Toro Participações S.A. e incorporação pela Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Em 03 de janeiro de 2024, após o cumprimento das condições precedentes, o Banco Santander concluiu a operação para aquisição da totalidade das ações da Toro Participações, de forma que, passou a deter, indiretamente, a titularidade de 100% do capital social da Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e da Toro Investimentos S.A. Em 29 de fevereiro de 2024, foi aprovada a incorporação da Toro Participações S.A. pela Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

j) Incorporação Total da Mob Soluções em Tecnologia Ltda pela Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.

Em 31 de outubro de 2023, a Mob Soluções em Tecnologia Ltda. ("Mob") foi incorporada totalmente tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda. ("Mobills"), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Mob não implicou um aumento de capital social da Mobills, uma vez que a totalidade das quotas de emissão da Mob era detida pela Mobills e, portanto, já refletida em conta de investimento por equivalência.

k) Venda da totalidade da participação detida no Banco PSA Finance Brasil S.A. e na Stellantis Corretora de Seguros e Serviços Ltda.

Em 31 de agosto de 2023, a Amoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Amoré") e a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora de Seguros") concluíram a operação de venda de participações societárias detida (a) pela Amoré, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social do Banco PSA Finance Brasil S.A. ("Banco PSA"), para a Stellantis Financial Service, S.A. e (b) pela Santander Corretora de Seguros, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social da Stellantis Corretora de Seguros e Serviços Ltda. ("Stellantis Corretora"), para a Stellantis Services Ltd. ("Operação").

Com a conclusão da Operação, a Amoré deixou de deter participação societária no Banco PSA e a Santander Corretora de Seguros deixa de deter participação societária na Stellantis Corretora.

l) Venda de parcela da participação acionária da Santander Corretora na Webmotors S.A. para a Carsales.com Investments PTY LTD.

Em 28 de abril de 2023, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora") concluiu a operação de venda de ações representativas de 40% do capital social da Webmotors S.A. ("Webmotors") para a Carsales.com Investments PTY LTD ("Carsales") ("Operação"). Com a conclusão da Operação, a Santander Corretora passou a ser titular de 30% e a Carsales de 70% do capital social da Webmotors.

30. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) As coberturas e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$ 65.102.761 (31/12/2023 - R\$ 64.277.216) no Banco e no Consolidado.

b) O valor total de fundos de investimento sob gestão do Conglomerado Santander é de R\$ 134.133 (31/12/2023 - R\$ 11.871.919) e o total de fundos de investimento administrados do Conglomerado Santander é de R\$ 242.852.102 (31/12/2023 - R\$291.736.828) registrados em contas de compensação.

c) Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2024, correspondentes a cobertura de incêndios, desastres naturais e outros riscos relacionados aos imóveis, têm valor de cobertura de R\$ 9.214.986 (31/12/2023 - R\$9.214.986) no Banco e no Consolidado. Além disso no Banco e no Consolidado em 31 de dezembro de 2024, existem outras apólices vigentes para coberturas de riscos relativos a fraudes, responsabilidade civil e outros ativos no valor de R\$ 1.546.050 (31/12/2023 - R\$1.546.050).

d) Entre 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não houve operações ativas vinculadas e obrigações por operações ativas vinculadas.

e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - No âmbito das Res

... continuação

 			
COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024			
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Deborah Stern Vieitas - Presidente (independente) Jose Antonio Alvarez Alvarez - Vice-presidente Deborah Patricia Wright - Conselheira (independente)	Ede Ilson Viani - Conselheiro José de Paiva Ferreira - Conselheiro (independente) Javier Maldonado Trinchant - Conselheiro	Marília Artimonte Rocca - Conselheira (independente) Mario Roberto Opice Leão - Conselheiro Cristiana Almeida Pipponzi - Conselheira (independente)	Pedro Augusto de Melo - Conselheiro (independente) Vanessa de Souza Lobato Barbosa - Conselheira
COMITÊ DE AUDITORIA			
Pedro Augusto de Melo - Coordenador	Maria Elena Cardoso Figueira - Membro Técnico Qualificado	Andrea Maria Ramos Leonel - Membro	René Luiz Grande - Membro Luiz Carlos Nannini - Membro
COMITÊ DE RISCOS E COMPLIANCE			
José de Paiva Ferreira - Coordenador	Deborah Stern Vieitas - Membro	José Mauricio Pereira Coelho - Membro	Jaime Leôncio Singer - Membro
COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE			
Marília Artimonte Rocca - Coordenadora	Álvoro Antônio Cardoso de Souza - Membro	Vivianne Naigeborin - Membro	Tasso Rezende de Azevedo - Membro
COMITÊ DE NOMEAÇÃO E GOVERNANÇA			
Deborah Stern Vieitas - Coordenadora	Deborah Patricia Wright - Membro	Cristiana Almeida Pipponzi - Membro	Jose Antonio Alvarez Alvarez - Membro
COMITÊ DE REMUNERAÇÃO			
Deborah Patricia Wright - Coordenadora	Deborah Stern Vieitas - Membro	Luiz Fernando Sanzogo Giorgi - Membro	Vanessa de Souza Lobato Barbosa - Membro

DIRETORIA EXECUTIVA			
DIRETOR PRESIDENTE			
Mario Roberto Opice Leão			
DIRETOR VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES			
Gustavo Alejo Viviani			
DIRETORES VICE-PRESIDENTE EXECUTIVOS			
Alessandro Tomao Carlos José de Costa André Ede Ilson Viani	Franco Raul Rizza Germanuela de Almeida de Abreu Luiz Guilherme Mattoso de Olieim Bittencourt	Gilberto Duarte de Abreu Filho Maria Elena Lanciego Perez Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite	Renato Ejnisman
DIRETORES SEM DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA			
Alessandro Chagas Farias Alexandre Teixeira de Araujo Alexandre Guimarães Soares Ana Paula Vitali Janes Vescovi André Juaçaba de Almeida Carlos Aguiar Neto Celso Mateus De Queiroz Cezar Augusto Janikjan Claudia Chaves Sampiao	Claudencine Lopes Duarte Daniel Mendonça Pareto Eduardo Alvarez Garrido Eduardo Luis Sasaki Enrique Cesar Soares Fragata Lopes Franco Luigi Fasoli Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto Gustavo de Sousa Santos Izabella Ferreira Costa Belisario	Jean Paulo Kambourakis Leonardo Mendes Cabral Luciana de Aguiar Barros Marilize Ferrazza Santinoni Paulo César Ferreira de Lima Alves Paulo Fernando Alves Lima Paulo Sérgio Dualibi Rafael Abujamra Kappaz Ramón Sanchez Santiago	Reginaldo Antonio Ribeiro Ricardo Olivare de Magalhães Richard Flavio Da Silva Robson de Souza Rezende Sandro Kohler Marcondes Sandro Mazerino Sobral Thomaz Antonio Licianão Rocha Vanessa Alessi Manzi Vitor Ohtsuki

CONTADORA			
Camilla Cruz Oliveira de Souza - CRC Nº 1SP - 256989/O-0			

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras elaboradas pelo critério BRGAAP do Banco Santander, relativas ao exercício findo 31 de dezembro de 2024, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalvas dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras elaboradas pelo critério BRGAAP do Banco Santander, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração.

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, inclusive para aquelas entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - Susep. Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.fi.santander.com.br), o Comitê de Auditoria, entre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário. O Comitê de Auditoria é atualmente composto por cinco membros independentes, eleitos conforme deliberação tomada na reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de maio de 2024. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais. Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração, mediante reportes regulares do coordenador do Comitê nas reuniões do Conselho de Administração. No tocante às suas atribuições, o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

Demonstrações Financeiras
O Comitê de Auditoria procedeu a análise das demonstrações financeiras do Santander, confirmando sua adequação. Nesse sentido, tomou conhecimento do resultado apurado no segundo semestre, encerrado em 31 de dezembro de 2024 em padrão Brigaap, além das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas. O Comitê de Auditoria reuniu-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela controladoria e pela elaboração das demonstrações financeiras, previamente à sua divulgação.
Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais
O Comitê de Auditoria recebeu informações e manteve reuniões com a Vice-Presidência Executiva de Riscos - inclusive participando das reuniões do Comitê de Riscos e Compliance, com a Diretoria de Compliance, Controles Internos e com as principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e da infraestrutura de controles internos, gerenciamento de riscos e controles de Conduta do Conglomerado. Verificou, ainda, os casos sob acompanhamento do Canal Aberto (denominação do canal de denúncias) e das áreas de Segurança da Informação e Combate à Fraudes. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com a regulação vigente.

Auditoria Interna
O Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável pela área e com outros representantes da Auditoria Interna em diversas ocasiões durante o segundo semestre de 2024, além de ter verificado os reportes acerca dos trabalhos executados, dos relatórios emitidos e suas respectivas conclusões e recomendações, dando destaque: (i) ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas nas quais os controles foram considerados como "A melhor"; (ii) aos resultados das melhorias aplicadas para o acompanhamento e cumprimento das recomendações e seus planos de ação para contínuo avanço; e (iii) ao atendimento às demandas dos órgãos reguladores. Em diversas outras oportunidades, os profissionais da Auditoria Interna participaram das reuniões do Comitê de Auditoria.

Auditoria Independente
Em relação aos trabalhos de Auditoria Independente realizados pela Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes ("PwC"), o Comitê de Auditoria reuniu-se com a empresa, formalmente, em diversas ocasiões no segundo semestre de 2024. Nessas reuniões tiveram destaque: discussões envolvendo as demonstrações financeiras do segundo semestre de 2024, as práticas contábeis, os principais assuntos de auditoria (PAA's) e as eventuais deficiências e recomendações de melhoria integrantes do relatório sobre controles internos e do relatório circunstanciado de revisão da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Além disso, o Comitê reuniu-se com o Auditor Independente em sessões executivas para debater temas de interesse, como a Reforma Tributária. O Comitê de Auditoria avaliou as propostas apresentadas pela PwC para a realização de outros serviços, no que se refere à verificação da inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de independência. O Comitê também se reuniu com a KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), responsável pela auditoria do Banco RCI Brasil S.A., integrante do Conglomerado.

Ouidoria
Em consonância com a regulação vigente, acompanhou os trabalhos executados, os quais foram apresentados ao Comitê de Auditoria, que os discutiu e avaliou. Além do reporte dos trabalhos de 2024, o Comitê também tomou conhecimento do relatório semestral da Ouvidoria, tanto do Banco Santander (Brasil) e Coligadas, como das sociedades do Conglomerado que possuem Ouvidoria própria para o semestre findo em 31 de dezembro de 2024.

Órgãos Reguladores
O Comitê de Auditoria acompanha a atua sobre os resultados das inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências adotadas pela administração para atendimento de tais apontamentos, monitora as novas regulações e mantém reuniões com reguladores, sempre que solicitado. No caso do Banco Central do Brasil mantém reuniões regulares com os supervisores do Departamento de Supervisão Bancária - Desup e do Departamento de Supervisão de Conduta - Decon.

Outras Atividades
Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversas áreas do Conglomerado, aprofundando suas análises, cabendo destacar os seguintes temas: (i) acompanhamento do capital regulatório; (ii) monitoramento dos Ofícios recebidos de órgãos reguladores, inspeções em andamento e os respectivos planos de ação adotados para atendimento às demandas; (iii) monitoramento do tema segurança cibernética; (iv) acompanhamento dos temas de Sustentabilidade em conjunto com o Comitê de Sustentabilidade; (v) acompanhamento de temas relacionados a conduta, PLD/CFT, KYC, políticas e planos de ação de melhorias contínuas e estruturais; (vi) acompanhamento das atividades da diretoria de relacionamento com clientes, seus planos de ação e seus resultados; (vii) acompanhamento do contencioso fiscal, trabalhista e cível; (viii) revisão e aprovação do Estudo Técnico de Realização do Crédito Tributário; e (ix) acompanhamento das provisões e dos temas relacionados a PCLD.

No período, os membros do Comitê de Auditoria também participaram de treinamentos, palestras e programas de atualização sobre temas relacionados às atividades do Comitê e atos normativos de interesse e impacto para o Conglomerado.

Conclusão
Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são apropriados e conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A., para o semestre encerrado em 31 de dezembro de 2024, recomendando suas aprovações pelo Conselho de Administração do Santander.

São Paulo, 03 de fevereiro de 2025.			
Comitê de Auditoria			
Pedro Augusto de Melo - Coordenador	Maria Elena Cardoso Figueira - Especialista Financeiro	René Luiz Grande	Andrea Maria Ramos Leonel Luiz Carlos Nannini

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Santander (Brasil) S.A. e do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais Assuntos de Auditoria
Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 3(e) e 7) A estimativa da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito envolve elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito leva em consideração a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário econômico atual e prospectivo. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída levando-se em consideração as normas regulamentares do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), notadamente a Resolução CMN nº 2.682, e é fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), de acordo com políticas internas que consideram o estabelecimento de ratings (classificação de risco) de crédito, bem como consideram a expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente, com base na experiência passada, cenário atual e expectativas futuras, riscos específicos das carteiras e avaliação de risco da Administração na constituição de provisão. Dessa forma, esse assunto foi mantido como área de foco em nossa auditoria.	Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, contemplando, substancialmente, os seguintes principais processos: (i) aprovação da política de crédito; (ii) análise de crédito; (iii) concessão de crédito e operações renegociadas; (iv) atribuição de rating considerando o risco do valor recuperável das operações; (v) processamento e contabilização das provisões; (vi) reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vii) elaboração das notas explicativas. Efetuamos testes a fim de observar a integridade da base de dados utilizada para o cálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, além de testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos ratings atribuídos, às premissas adotadas, bem como confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.
Provisões para passivos relacionados a processos judiciais e administrativos (Notas 3(p) e 19) O Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Normalmente, os relatórios processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente. A decisão de reconhecimento de passivos para processos judiciais e administrativos e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações financeiras, considerando novos eventos ocorridos. Nessas circunstâncias, esse assunto mantém-se como área de foco em nossa auditoria.	Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e constituição de passivos para processos judiciais e administrativos (tributários, cíveis e trabalhistas) e as divulgações em notas explicativas, incluindo entre outros, os controles internos relacionados ao modelo de cálculo adotado para a constituição das provisões para processos judiciais e administrativos, trabalhistas e cíveis, que são realizadas pelo critério de médias históricas de perdas para as ações consideradas comuns e semelhantes em natureza. Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda, quando aplicável, relacionadas aos processos judiciais e administrativos, trabalhistas e cíveis, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações financeiras. Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos mais relevantes para confirmar a avaliação do prognóstico, inclusive considerando os novos eventos ocorridos no semestre e exercício, a totalidade das informações e o valor correto das provisões. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para processos judiciais e administrativos, trabalhistas e cíveis e tributários são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.
Ambiente de Tecnologia da Informação (Nota 28(a)) O Banco Santander (Brasil) S.A. tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia, requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas. Os riscos inerentes à Tecnologia da Informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. Por essa razão, esse assunto permanece como uma área de foco em nossa auditoria.	Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e realizamos testes quanto à efetividade operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de Tecnologia da Informação, incluindo os controles compensatórios estabelecidos, quando aplicável. Os procedimentos executados envolveram uma combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio do Banco. Com base no resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Outros assuntos
Demonstrações do Valor Adicionado
As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade sobre supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
• Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
• Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades e unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 5 de fevereiro de 2025



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP22767/O-3